

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 134

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2005

ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PP Cida Borghetti
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Miltinho Pupio; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 134**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	02
Expediente:	
Mensagens	03
Ofícios.....	03
Requerimentos	04
Projetos de Lei	12
Pequeno Expediente:	
Dep. Barbosa Neto	19
Dep. Elza Correia.....	20
Dep. José Domingos Scarpellini	21
Horário das Lideranças:	
Liderança do PP/PSB:	
Dep. José Domingos Scarpellini	21
Liderança do PTB/PL/PMR:	
Dep. Jocelito Canto	22
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto	24
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri	26
Liderança do PSDB:	
Dep. Valdir Rossoni	27
Lideança do PMDB:	
Dep. Rafael Greca	28
Liderança da Oposição:	
Dep. Plauto Miró Guimarães	29
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	30
Discussão / Votação:	
Redação Final.....	30
2ª Discussão	31
1ª Discussão	31
Discussão Única (Proposições) .	39
Discussão Única (Indicações) ...	43
Requerimentos	43
Explicações Pessoais:	
Dep. José Domingos Scarpellini	44
Encerramento da Sessão	44

127ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 127ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
30 DE NOVEMBRO DE 2005**

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (47). Achando-se ausente a Sra. Deputada Arlete Caramês e pelos Srs. Deputados: Ademar Traiano, Cesar Seleme, Luiz Accorsi, Luiz Fernandes da Silva Litro e Neivo Beraldin (06); e em viagem representativa o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual

foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 064/2005

Curitiba, 23 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Boa Esperança, os imóveis pertencentes ao Estado do Paraná, constituídos dos lotes urbanos nºs 01 e 09, com área total de 985,85 m2 (novecentos e oitenta e cinco metros e oitenta e cinco centímetros quadrados), localizados na avenida Amazonas, na sede do referido município, conforme as Transcrições nºs 15.367 e 13.528, do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campo Mourão.

A medida ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração e da sociedade, tendo em vista que os imóveis a serem doados serão exclusivamente destinados ao funcionamento da Biblioteca Municipal e do Paço Municipal, possibilitando ampliações e reformas que melhorarão os serviços públicos prestados à municipalidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Boa Esperança, os imóveis pertencentes ao Estado do Paraná, localizados na sede daquela municipalidade, constituídos pelos lotes de terra nº 09 da quadra 16, com área total de 425,85 m2 e o de nº 01 da quadra 20, com 560,00 m2, objeto das matrículas nºs 13.528 e 15.367, respectivamente, ambas do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Mourão.

Art. 2º Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei, serão doados à Prefeitura Municipal de Boa Esperança e deverão ser utilizados exclusivamente para funcionamento da Biblioteca Municipal e do Paço Municipal, não podendo ter destinação diversa sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

Ofícios

Sob os nºs CTL/CC 212, 213, 214, 215, 216, 217 e 218/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

492/2005: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a efetuar reversão do imóvel que especifica ao município de Astorga, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.918. **Anote-se - Arquivo-se.**

491/2005: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a ceder uso do imóvel que especifica ao município de Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.919. **Anote-se - Arquivo-se.**

448/2005: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a proceder reversão do imóvel que especifica ao município de Jaguapitã, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.920. **Anote-se - Arquivo-se.**

554/2005: de autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo a efetuar cessão de imóveis que especifica ao município de Iguaraçu, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.921. **Anote-se - Arquivo-se.**

156/2005: de autoria do Deputado Artagão Júnior, que permite a presença de acompanhantes nas dependências das enfermarias e das unidades de terapia intensiva (UTI) dos hospitais, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.922. **Anote-se - Arquivo-se.**

438/2005: de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que corrige, no Plano de Aplicação, emendas ao conteúdo programático, Protocolo nº 0323 da Lei nº 14.600/2004, a expressão Iguatu para Santa Mariana, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.923. **Anote-se - Arquivo-se.**

541/2005: de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel que especifica à Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.924. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 210/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 270/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 211/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 474/2005, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, por considerá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 219/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver VETADO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 385/2005, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por julgar a parte vetada contrária aos superiores interesses públicos, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 2004/2005/UOF/SESAN/MDS, do Sr. Onaur Ruano, Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a liberação da segunda parcela do convênio nº 058/2003, no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), firmado entre este Estado e o então Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome/MESA, cujas atribuições foram transferidas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, para acompanhamento desta Assembléia Legislativa. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2633/CGPCO/SPOA/SE/ME, do Sr. Henrique Voigt Figueiredo, Coordenador Geral de Gestão de Convênios do Ministério do Esporte, encaminhando uma via do Instrumento e uma cópia da publicação, referente ao Primeiro Termo Aditivo ao Convênio 100/2004, firmado entre o Governo do Estado do Paraná por intermédio da Paraná Esporte e o referido Ministério, cujo objeto é a prorrogação da vigência até 10 de agosto de 2006. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 211/2005-CGPC/DDAI/SECAD/MEC, do Sr. Antônio Elvídio Figueiredo, Diretor de Desenvolvimento e Articulação Institucional - Substituto, do Ministério da Educação, comunicando celebração do Convênio nº 016/2005, firmado entre a Universidade Estadual de Londrina, objetivando apoiar as ações de implantação e implementação do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra de Londrina, desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos - NEAA-UEL, publicado no Diário Oficial da União de 31/10/2005, página 11, Seção 3.

Sob o nº 213/2005-DDAI/SECAD/MEC, do Sr. Antônio Elvídio Figueiredo, Diretor de Desenvolvimento e Articulação Institucional - Substituto, do Ministério da Educação, comunicando celebração do Convênio nº 017/2005, firmado entre a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, objetivando apoiar as ações de implantação e implementação do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra, no âmbito do Projeto Pró-Afro: Pesquisa, reeleitura e formação, publicado no Diário Oficial da União de 31/10/2005, página 11, Seção 3. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 222/2005-CGPC/DDAI/SECAD/MEC, do Sr. Antônio Elvídio Figueiredo, Diretor de Desenvolvimento e Articulação Institucional - Substituto, do Ministério da Educação, comunicando celebração do Convênio nº 031/2005, firmado com o Centro Paranaense de Cidadania - CEPAC, objetivando apoiar as ações de implantação e implementação do Programa Brasil sem Homofobia, no âmbito do Projeto Educando para a Diversidade, publicado no Diário Oficial da União de 07/11/2005, página 39, Seção 3. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1724/2005/UOF/SESAN/MDS, do Sr. Onaur Ruano, Secretário da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando cópia do termo de aditamento do Convênio nº 058/2003, firmado entre este Estado e o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome/MESA, cujas atribuições foram transferidas ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, para acompanhamento desta Assembléia Legislativa. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 30 de novembro de 2005.

Senhor Presidente:

Pelo presente encaminho a V. Exa. atestado médico em anexo, para justificar minhas faltas nesta augusta Casa de Leis, no período de 22 a 28 de novembro por motivo de doença.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) DUÍLIO GENARI

ATESTADO MÉDICO

Atesto para os devidos fins que o Deputado Duílio Genari esteve afastado de suas atividades legislativas no período de 22 a 28 do corrente, por motivo de doença (CID 5.IV).

Em 30/11/2005.

(a) DR. ROBERTO BOSCARDIN - CRM 5211

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência à Mensagem nº 064/2005, Projeto de Lei nº 752/2005, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o mesmo a doar ao município de Boa Esperança, os imóveis pertencentes ao Estado do Paraná, conforme especifica.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3799

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, não tendo mais interesse no prosseguimento do Projeto de Lei nº 737/2005, de sua autoria, REQUER seu arquivamento.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 3806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 10 e 12 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 3823

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, votação em bloco às proposições nºs 081 e 094/2005, itens 11 e 13 da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 3821

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada do item 07 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 329/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, por 05 Sessões.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 3802

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 01 de dezembro (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 3807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, comunicar a participação, como membro da Assembléia Legislativa, na terceira etapa do Fórum Amazônico, no dia 09, em Boa Vista - Estado de Roraima, conforme programa anexo, e reunião da Diretoria da Unale no dia 12 de dezembro de 2005, na Assembléia Legislativa da Amazônia em Manaus.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 3792

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar pelo falecimento do jovem Bruno Maicon Bianchini Fonseca, ocorrido em 16.11.2005, no município de São José dos Pinhais.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência aos familiares: Pai: Benedito Aparecido Fonseca; Mãe: Vilma Bianchini Fonseca, e aos irmãos; Alan Renato e Liege Valquíria, residentes em São José dos Pinhais, BR-376 - \mm 12,5; nº 3049 - Vila Braga; CEP: 83.015-000.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3800

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 36 anos de idade, da Sra. Maria Aparecida dos Santos Conceição.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3816

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eloi Fressato Beker, aos 52 anos, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3817

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Carmélia Lucas de Matos, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 3818

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo falecimento do Sr. Ari Bühner Machado, pai do Deputado Francisco Bühner.

Requer, ainda, expediente externando as mais sinceras condolências aos familiares.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3819

Senhor Presidente:

Os Deputados da Bancada do Bloco Parlamentar PP - PSB, que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, pelo falecimento do Sr. Ari Bühner Machado, pai do Deputado Francisco Bühner.

Requerem, ainda, expediente externando as mais sinceras condolências aos familiares.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI, DUÍLIO GENARI, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI e RENI PEREIRA.

REQUERIMENTO Nº 3791

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente PROPOR voto de congralução a Dom José Antônio Peruzzo pela nomeação de Bispo da Diocese de Palmas.

A cerimônia de posse será dia 11 de dezembro na Catedral Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas.

Diante dessa, solicito ainda a especial gentileza em notificar o Sr. Bispo Dom José Antônio Peruzzo, na Rua

Bispo Dom Carlos, nº 914, Palmas-PR; CEP: 85.555-000, acerca do voto em apreço.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 3796

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja expedido voto de congratulações à Presidente da Associação das Esteticistas, Beatriz Andre-guetto Orasno, em razão da regulamentação dos profissionais de estética, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania na Câmara Federal.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3809

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania Aldo José Parzianello e Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, pela assinatura do termo de cooperação em que o Sistema Penitenciário amplia a produção de livros didáticos e literários em braile, destinados aos alunos da rede de ensino público estadual.

Com a ampliação da produção dos livros em braile, serão atendidas praticamente 100% das demandas de crianças com deficiência visual da rede pública estadual.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópias ao Secretário da Justiça e da Cidadania pelo endereço; Rua Inácio Lustosa, 700-CEP: 80.510-000 e ao Secretário da Educação Maurício Requião; Avenida Água Verde, 2140; CEP: 80.240-900 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 3834

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, solicita a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações pelo lançamento do CD, aos músicos do Grupo Os Velhos Guris: Edson Jorge (82 anos) - violão, voz; Odamir Bartolomeu (72 anos) - pandeiro e voz; José Ferreira da Costa (63 anos) - ganzá, voz; César Massa (61 anos) - afoxé, voz; Antonio Luiz de Oliveira (63 anos) - tamborim, voz; Honório Santos (64 anos) - gaita de boca, timba, voz; Hilário Júlio de Freitas (61 anos) - caxixi, voz.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Louvar nossos artistas durante todos os dias do ano, é lembrar aquilo que somos, e sonhar aquilo que poderemos ser, enquanto povo civilizado.

O grupo musical Os Velhos Guris, surgiu por meio de atividade de musicoterapia, realizada no Lar dos Idosos Recanto do Tarumã. Este lar abriga cem idosos, homens, e é mantido pela Sociedade Socorro aos Necessitados, entidade não governamental, sem fins lucrativos.

Em agosto de 2004, sob a coordenação da musicoterapeuta de entidade, o grupo gravou um CD, com onze músicas e o repertório vai do samba-canção à música sertaneja, devido a diversidade musical dos integrantes.

“Seo” Edson Jorge tem 84 anos, é paranaense e já tocou com Carmem Miranda.

O pandeiro faz parte do dia-a-dia do “seo” Antônio, que é baterista juramentado.

“Seo” Honório, tem na gaita a amiga inseparável, sempre pronta para alegrar o ambiente.

“Seo” Hilário, como o próprio nome, é puro bom humor no caxixi.

Odamir Bartolomeu, é conhecido como Tuca do pandeiro.

“Seo” José de Freitas completa o conjunto com sua voz aveludada.

A produção e gravação foram realizadas por voluntários e parceiros.

Foram gravados mil CDs que estão à venda na Sociedade Socorro aos Necessitados e na Boutique Solidária de Curitiba, por apenas R\$ 10,00.

O importante deste projeto é fazer com que os idosos descubram que a maturidade é mais uma fase da vida, com muita história para contar, para cantar, e que ainda se tem muito tempo para viver feliz, com dignidade e qualidade de vida.

O Espírito e os sonhos nunca envelhecem!

Seja este voto encaminhado nominalmente a todos os integrantes do grupo Os Velhos Guris, rua Konrad Adenauer, 576 - CEP: 82.820-540.

REQUERIMENTO Nº 3822

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto e soberano Plenário, a aprovação de Moção de Apoio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná à indicação do nome do Desembargador Federal Vladimir Passos de Freitas, para a vaga de Ministro do Supremo Tribunal Federal, por ocasião da aposentadoria do Ministro Carlos Veloso, em janeiro do próximo ano.

A presente Moção de Apoio deve-se ao notável saber jurídico, ilibada reputação moral e reconhecido senso de justiça do magistrado, professor em diversos cursos de especialização em Direito e de preparação para o exercício da magistratura. O Desembargador Vladimir Passos de Freitas recebeu 60% dos 367 votos contabilizados pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) para ocupar tão importante cargo da União. O nosso indicado é desde 2003, representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente na América Latina e Caribe para capacitação de juizes em

Direito Ambiental. Em outubro do corrente ano, foi nomeado diretor-adjunto da União Internacional de Conservação da Natureza, a maior organização mundial de proteção ao meio ambiente, com sede em Bonn, na Alemanha.

Requer, outrossim, que após a decisão do Plenário desta Casa de Leis, seja enviado expediente aos Exmos. Srs. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República e ao Dr. Márcio Thomás Bastos, Ministro da Justiça.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3820

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião e ao Diretor-Presidente da RTVE, Sr. Marcos Antônio Batista, disponibilizem a emissora pública do Estado do Paraná para transmitir ao vivo as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Plauto Miró Guimarães, Pedro Ivo Ilkiv, Delegado Bradock, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Antonio Anibelli, Carlos Simões, Tadeu Veneri, André Vargas, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Miltinho Pupio, Mauro Moraes, Reni Pereira, Elio Rusch, Ratinho Júnior, Ângelo Vanhoni, Jocelito Canto, Rafael Greca, Alexandre Curi, Nelson Garcia, Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Elza Correia, Marcos Isfer, Barbosa Neto, Ailton Araújo, Padre Paulo Campos, Hermas Brandão, Duílio Genari e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

A presente sugestão é compatível com o espírito democrático que norteia a administração estadual.

Como forma de exercício da cidadania, seria importante que os telespectadores pudessem acompanhar ao vivo também as Sessões da Assembléia Legislativa, para terem idéia do trabalho dos Parlamentares, bem como da atuação de cada um deles nas votações que ajudam a definir os destinos de toda a população paranaense, verdadeira proprietária da RTVE.

REQUERIMENTO Nº 3793

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, e à Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto da Secretaria de Estado da Cultura, solicitando dos mesmos a implanta-

ção, no município de Campo Mourão, de uma unidade da Biblioteca Cidadã.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3797

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, bem como aos presidentes do Senado, Exmo. Sr. Renan Calheiros e da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Aldo Rabelo, solicitando dos mesmos providências no sentido de votarem contrariamente à aprovação do Projeto de Lei nº 25/2005, conforme Ofício Circular nº 54 - 2005-GAB-PRES. de Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3801

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Cultura, Exma. Sra. Vera Maria Haj Mussi Augusto, encaminhando correspondência do Clube Anos Dourados - 3ª Idade, de Andirá, solicitando a doação de uma fanfarra com quarenta instrumentos.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3811

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente à Procuradoria da Fazenda Pública Nacional e ao Ibama, solicitando providências no sentido de rever os processos de cobrança judicial das dívidas do ITR dos ex-ilhéus desapropriados para a criação do Parque Nacional de Ilha Grande.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A Procuradoria da Fazenda Pública Nacional vem cobrando dos ex-proprietários de glebas no Parque Nacional de Ilha Grande, as dívidas relativas ao ITR, mais os custos do processo, inclusive com suspensão do compulsório de gasolina, criando sérios problemas para os mesmos.

Ocorre que estes já foram desapropriados de suas terras quando da criação do Parque Nacional de Ilha Grande e, até hoje não tiveram o pagamento de suas indenizações, o que, a nosso ver, caracteriza como um ato de ilegalidade na cobrança e uma injustiça contra os ex-

ilhéus desapropriados que não mais possuem as terras que são objetos de cobrança.

REQUERIMENTO Nº 3812

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando documento e externando o apoio deste Parlamentar às reivindicações do movimento das esposas de policiais militares de Londrina.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3813

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando providências urgentes ao exposto na reportagem publicada no Jornal de Londrina do dia 30.11.2005, no qual o Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, Tenente-Coronel Marcos de Castro Palma, declara que não pretende liberar os policiais militares de Londrina para fazer parte da Operação Praias, no verão deste ano, para não desgarnecer o efetivo da Polícia Militar local.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3814

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, solicitando resposta para o questionamento da data em que será enviada Mensagem a esta Casa de Leis, sobre a implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos Técnicos Administrativos e dos Servidores em geral das Instituições de Ensino Superior do Estado. Esses servidores aguardam ansiosamente pelo mesmo, o que significará reajuste salarial e incentivo para progredir dentro da carreira.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 3824

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio ao Hospital Erasto Gaertner de Curitiba viabilizando à

instituição, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Instituição possa comprar um Intensificador de Imagens, para aparelhar o Centro Cirúrgico do Hospital, voltado para pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde.

Seja este requerimento também encaminhado à Direção da prestigiosa Instituição que pleiteia os recursos públicos, com o seguinte endereçamento: Dr. Flávio Daniel Saavedra Tomasich - Superintendente Interino - rua Dr. Ovande do Amaral, 201 - Jardim das Américas - CEP 81.520-080.

REQUERIMENTO Nº 3825

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio ao Hospital da Providência da Cidade de Apucarana viabilizando à instituição, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Instituição possa reformar as instalações físicas do Serviço de Nutrição e Dietética, voltado para pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde.

Seja este requerimento também encaminhado à Direção da prestigiosa Instituição que pleiteia os recursos públicos, com o seguinte endereçamento: Reverenda Irmã Iracema Vujanski, rua Rio Branco, 518 - CEP 86.800-120, Apucarana/PR.

REQUERIMENTO Nº 3826

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio à Maternidade Mater Dei (Hospital N. Sra. do Rosário) em Curitiba, viabilizando à instituição, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Instituição possa destinar recursos necessários para aquisição de equipamentos e materiais cirúrgicos para a Instituição, voltado para pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde.

Seja este requerimento também encaminhado à Direção da prestigiosa Instituição que pleiteia os recursos públicos, com o seguinte endereçamento: Dr. Odilon Dimas de Barros Filho - rua Conselheiro Laurindo, 450 CEP 80.060-100.

REQUERIMENTO Nº 3827

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio à APAE de São Carlos do Ivaí viabilizando à Instituição, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Instituição possa realizar a aquisição de terreno, para construção de sede própria.

Seja este requerimento também encaminhado à Direção da prestigiosa Instituição que pleiteia os recursos públicos, Av. Ivaí, 890 CEP 87.770-000.

REQUERIMENTO Nº 3828

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio à Fundação Pró-Hansen de Curitiba viabilizando à Instituição, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Instituição possa realizar a manutenção e ampliação da disponibilidade de serviços de pesquisa, ensino, assistência médico-social, nas patologias dermatológicas, em destaque a hansenologia.

Seja este requerimento também encaminhado à Direção da prestigiosa Instituição que pleiteia os recursos públicos, Bel. Ivone Tod Dechandt, Diretora Presidente - rua Fernando Amaro, 1116 - Cristo Rei - CEP 80.050-020.

REQUERIMENTO Nº 3829

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio à Universidade Estadual de Ponta Grossa, viabilizando à instituição, na forma da lei, recursos no valor de R\$

34.847,89 (trinta e quatro mil, oitocentos e quarenta e sete reais e oitenta e nove centavos).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Universidade possa executar a ampliação e reforma do Herbário.

Seja este requerimento também encaminhado ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Prof. Paulo Roberto Godoy, Av. General Carlos Cavalcanti, nº 4748, Campus Universitário em Uvaranas - CEP 84.030-900 - Ponta Grossa/PR.

REQUERIMENTO Nº 3830

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio à Prefeitura Municipal de Palmeira, viabilizando à instituição pública, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), através da Secretaria que mais convier.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Prefeitura de Palmeira possa executar a revitalização do patrimônio histórico daquela cidade.

Seja este requerimento também encaminhado ao Prefeito Municipal de Palmeira, Sr. Almir Sanson: Praça Mal. Floriano Peixoto nº 11 - CEP 84.130-000.

REQUERIMENTO Nº 3831

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio à Associação Paranaense do Diabético Juvenil de Curitiba, viabilizando à Instituição, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Associação possa realizar o pagamento de R\$ 15.000,00 para custeio das despesas mensais com medicamentos, insulinas, aparelhos de glicemia. A Associação atende oitocentos jovens diabéticos carentes.

Seja este requerimento também encaminhado à Direção da prestigiosa Instituição que pleiteia os recursos públicos, com o seguinte endereçamento: Sra. Maria Cecília Munhoz da Rocha Carreiro - Presidente da APAD - Av. Iguaçu, 4263 CEP 80.240-031.

REQUERIMENTO Nº 3832

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio à Secretaria Estadual Especial de Relações com a Comunidade viabilizando à Secretaria Especial, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados para o desenvolvimento do programa Portal de Comunidade, (aquisição de equipamentos de informática, computadores, impressoras, capacitação dos líderes comunitários) com objetivo de promover a inclusão social através da tecnologia de informação, desenvolvimento social, gestão empresarial e capacitação profissionalizante. Também o desenvolvimento do programa Paraná em Ação, que visa obter recursos para confecção de documentos pessoais ao cidadão de baixa renda (certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho) entre outros.

Seja este requerimento também encaminhado ao Secretário da Secretaria Estadual Especial de Relações com a Comunidade, Dr. Marcílio Machado Sobrinho, no seguinte endereçamento: Palácio Iguaçu.

REQUERIMENTO Nº 3833

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subcreve, PEDE à egrégia Assembléia, envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, e à Secretaria de Estado específica, sugerindo apoio ao Hospital Pequeno Príncipe de Curitiba viabilizando à Instituição, na forma da lei, recursos no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Tais recursos serão destinados, por parceria, para que a Instituição possa realizar o pagamento das despesas mensais de custeio do Hospital, voltado para pacientes do SUS - Sistema Único de Saúde.

Seja este requerimento também encaminhado à Direção da prestigiosa Instituição que pleiteia os recursos públicos, com o seguinte endereçamento: Sra. Ety Cristina Forte Carneiro - Diretora de Relações Institucionais - rua Desembargador Motta, 1070 - Água Verde - Curitiba/PR - CEP 80250-060.

REQUERIMENTO Nº 3794

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa o envio de correspondência ao Superintendente do Aeroporto Regional de Maringá Sílvia

Name Júnior, Sr. Sérgio Neme, situado no Km 107 - Rodovia PR-317, saída para Campo Mourão - CEP 87065.000 - Maringá/PR, solicitando do mesmo providências para a manutenção de plantão noturno naquele aeroporto.

Trata-se de aeroporto regional, cuja importância torna-o ponto de referência e a manutenção de atividade noturna pode viabilizar pousos de emergência.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3795

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como ao Secretário da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando dos mesmos atenção à correspondência do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, encaminhado pelo respectivo presidente, professor José Rodrigues Lemos.

Cabe salientar a importante função social da classe dos professores, indispensáveis para garantir o futuro das novas gerações.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 3804

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de correspondência ao Secretário de Estado dos Transportes, Wal-dyr Pugliesi e ao Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem - DER-PR, para prestarem as seguintes informações:

1) os saldos existentes nas contas específicas do DER-PR, referentes ao pedágio da Ponte de Guaíra, no Banco Itaú - R\$ 56.689,45 e Banco do Brasil - R\$ 29.958.635,44, conforme informado pela Informação nº 544/2005 - DG/AP (cópia, em apenso), do Departamento de Estradas de Rodagem - DER-PR, já foram gastos?

2) Em caso de terem sido gastos, qual foi a destinação?

3) Caso ainda não foram gastos esses recursos, existe alguma destinação já prevista? Se existe, informar qual ou quais serão as destinações.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 3810

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Eduardo Cheida - Secretário de Estado do Meio

Ambiente e Recursos Hídricos, no sentido de esclarecer as seguintes questões:

1) em relação à Lei Estadual nº 14.233 que criou o Parque Público de Lazer em Almirante Tamandaré, qual o valor total pago na desapropriação da referida área?

2) Qual o valor pago por hectare da referida desapropriação para criação do Parque de Almirante Tamandaré?

3) Em relação ao pagamento da desapropriação para criação do Parque em Almirante Tamandaré, especificar como foi procedido o pagamento e informar ainda, a quem foi efetuado o pagamento.

4) O Instituto Ambiental do Paraná - IAP que conforme dispõe a lei ficará responsável pela fiscalização e efetiva implantação do parque, informe a esta Casa de Leis, qual o cronograma para a implantação e obras a serem realizadas no Parque de Lazer criado pela referida lei?

5) Qual o custo da implantação do Parque de Lazer em Almirante Tamandaré na adequação da área em relação à instalação de equipamentos esportivos, recreativos e de lazer?

6) Atualmente quem está utilizando a área do Parque Público em Almirante Tamandaré?

7. Enviar xerocópia do Inventário Florestal.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 3837

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informação ao Diretor-Presidente da Sanepar, Stênio Sales Jacob, sobre o processo de concorrência internacional 118 e 1086 de 2005 - Parana-san.

1) Quantas e quais empresas foram selecionadas e classificadas para o processo de licitação?

2) Em quantos lotes foram divididos a concorrência?

3) Quais os valores e a relação da classificação por lote das empresas vencedoras?

4) Apresentar separadamente os valores do contrato de obra civil e de engenharia e valores do fornecimento de materiais (tubos e acessórios).

5) Apresentar cópias dos certificados dos laboratórios, certificando qualidade e durabilidade (tempo) dos tubos.

6) Informar se os materiais usados na execução das obras é de fornecimento da Sanepar ou pelas empresas vencedoras dos lotes.

7) Informar se tem percentual de desconto na licitação e de quanto foi o desconto.

8) Quais empresas apresentaram proposta de fornecimento de tubos do tipo Ferro FDK 7 e quais apresen-

taram proposta de fornecimento de tubos PRFV - Poliéster Reforçado com Fibra de Vidro?

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

Na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, fui procurado por fornecedores de materiais para a Sanepar bem como por empresas prestadoras de serviços de saneamento e entidades de defesa do consumidor e meio-ambiente, solicitando informações e apresentando contradições e questionamentos sobre o processo de concorrência para dirimirmos dúvidas.

Apresentamos este pedido de informações visando dar publicidade e transparência para evitarmos dúvidas nas pessoas.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 753/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurado a todos os que por convicção e profissão de fé pertencerem a uma religião ou crença, desde que comprovada tal condição perante o órgão competente no âmbito da administração estadual, a realização de concursos públicos e exames vestibulares de inscrições públicas do Estado, em dia e hora não conflitantes com suas crenças e princípios religiosos.

§ 1º Faz prova da convicção religiosa a expedição de Declaração da Congregação a que pertence o interessado, assinado pelo responsável com firma reconhecida, atestando sua condição de membro regular da Igreja com destaque do dia da semana a ser observado.

§ 2º O estabelecimento de ensino deve dispor sobre o período de validade da declaração prevista no parágrafo 1º.

Art. 2º Quando inviável a promoção dos certames em conformidade com o *caput* do artigo precedente a entidade organizadora poderá permitir ao candidato a possibilidade de realizar as provas, exames, testes de aptidão física ou inscrições, o que for, em horário alternativo.

Parágrafo Único. Nesta condição o candidato deverá permanecer em local seguro, incomunicável, a partir do horário regular previsto para os exames até o início do horário alternativo estabelecido previamente.

Art. 3º As instituições de ensino público estadual abonarão as faltas de alunos que, por motivo religioso comprovado, não possam frequentar aulas e exercer atividades acadêmicas no período de resguardo religioso.

Parágrafo Único. Compete à instituição de ensino distribuir o aluno para reposição da carga horária.

Art. 4º Compete ao Conselho Estadual de Educação a regulamentação do disposto nesta lei no que for pertinente à competência que lhe é atribuída pela Lei Estadual nº 4978/64.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revoga-se a Lei Estadual nº 11.662 de 10 de janeiro de 1997 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

CONSIDERANDO que a Declaração Universal dos Direitos Humanos dispõe no artigo 18 que toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento, consciência religiosa; e que este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou em particular;

CONSIDERANDO a Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação baseadas em religião ou crença (Resolução nº 36/55), em especial a alínea “h” do artigo 6º que estabelece que o direito à religião ou crença incluirá a liberdade de *observar o dia de repouso e celebrar feriados e cerimônias de acordo com os preceitos da sua religião ou crença*;

CONSIDERANDO a Convenção Americana sobre direitos humanos (Pacto de São José da Costa Rica) que explicita no item 2 do artigo 12 que *ninguém pode ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conservar sua religião ou suas crenças ou de mudar de religião ou de crenças*;

CONSIDERANDO o conteúdo do parágrafo 2º, artigo 5º da Constituição Federal que determina a observância pelo Estado de outros direitos e garantias disciplinados em tratados internacionais como se integrantes do direito nacional;

CONSIDERANDO que é assegurada constitucionalmente a liberdade de credo religioso, vedada qualquer privação de direitos por força de opção religiosa como dispõem os incisos VI e VII do artigo 5º da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 23, *caput* da Constituição no que tange à competência, relativo à matéria objeto deste projeto, tanto a União quanto os Estados, Distrito Federal e Municípios possuem-na em “comum” no propósito de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”, inciso V; e

CONSIDERANDO que a *lex major* atribui competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar “concorrentemente” sobre: inciso IX: *educação, cultura, ensino e desporto*;

CONSIDERANDO que a Lei Darcy Ribeiro de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394 de 20/12/1996, em seu artigo 2º dispõe que: *A educação,*

dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e no seu artigo 3º define que: *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, inciso I: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 10 da mesma lei que: *Os Estados incumbir-se-ão de: inciso III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios e incisos V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.*

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 7º da lei citada que: *O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino* forjados na *lex major*, na Lei de Diretrizes Nacionais, Lei 9394/96 e na Lei Estadual nº 4978/64, devendo a elas obediência;

Passo a fundamentar a finalidade do projeto de lei ora proposto com respaldo na Carta Política Brasileira, nas leis infraconstitucionais, na jurisprudência e na mais respeitada e aceita Doutrina, relativas à matéria aqui ventilada.

Neste mister urge fazer algumas digressões no que concerne à competência da União e dos Estados na elaboração de leis e de normas reguladoras do setor educacional (Constituição Federal, artigos 22, 23 e 24); liberdade religiosa, liberdade de consciência e de crença, direito do exercício de culto por motivo de crença religiosa, (incisos VI e VIII, artigo 5º da Constituição Federal), e Diretrizes e Bases da Educação Nacional (artigos 2º I, IV e V; 5º, § 1º; 7º, I; 8º, § 1º; 9º, §, IV; 10, III, V, todos da Lei 9394/1996).

A QUESTÃO DA COMPETÊNCIA

Na Ação Direta de Inconstitucionalidade ADIN¹ nº 2589-9 questionando o artigo 40 do Decreto Lei 3860/2001 quanto a sua constitucionalidade o Requerente - Partido Liberal - PL, sob a alegação de que se trata de *a) decreto autônomo, uma vez que não regulamenta a fiel execução da lei, mas contém disposições de natureza legislativa; b) inconstitucionalidade formal na norma impugnada, porque ofensiva aos artigos 5º, II; 24, IX, e 84, IV, da CF, tendo em vista que a organização e funcio-*

namento de entidades particulares de ensino é matéria de reserva legal, sendo certa a impossibilidade de o Presidente da República delegar competência de que não se acha revestido constitucionalmente (...) o STF firmou sua posição dando o seguinte parecer de lavra do Exmo. Relator Ministro Carlos Velloso: (...) *b) a exploração privada do ensino sujeita-se a condicionamentos previstos no artigo 209 da CF, vale dizer, o cumprimento das normas gerais da educação nacional, bem como a autorização e a avaliação de qualidade pelo poder público (fl. 61); c) inexistência de inconstitucionalidade formal da norma impugnada, dado que a reserva legal relativa à organização e funcionamento das entidades particulares de ensino encontra-se na Lei 9394/96*²;

Infer-se a ADIN citada que o STF ao não conhecer da Ação reconheceu a competência da União para legislar matéria pertinente às Diretrizes da Educação Nacional ressaltando que a regulamentação das Escolas Particulares não obstante seja Matéria de Reserva Legal está albergada na Lei 9394/1996 à qual deve obediência.

Por conseguinte as Escolas Particulares tanto quanto as públicas devem obediência, como citado nas considerações preambulares *ex vi legis* do artigo 7º da Lei 9394/1996, às *normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino* das quais concorrem à Constituição Brasileira e a Lei em comento que regulamentou as Diretrizes Básicas da Educação Nacional, observadas no que couber as regras da Lei Estadual nº 4978/64.

Os artigos 22, XXIV, da Constituição Federal define que compete privativamente à União legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional, porém o artigo 23 *caput* dispõe que: *É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: inciso V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência* e conclui o mandamento constitucional em seu artigo 24 que: *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: inciso IX - educação, cultura, ensino e desporto.*

1.ADI (Med. Liminar) 2589-9 ORIGEM DISTRITO FEDERAL RELATOR MINISTRO CARLOS VELLOSO. PARTES Requerente: Partido Liberal - PL (CF 103, VIII) Requerido: Presidente da República. Interessado Dispositivo Legal Questionado Art. 040 do Decreto nº 3860, de 09 de julho de 2001. Decreto nº 3860, de 09 de julho de 2001. Dispõe sobre a organização do ensino superior, a avaliação de cursos e instituições, e dá outras providências.

Note-se que a Carta Política ao definir a competência legislativa como privativa da União sobre educação o fez com a ressalva de que a referida competência é extensiva aos estados (...) devendo exercer essa prerrogativa em “comum” (artigo 23) e “concorrentemente” (artigo 24) com ela, União.

O artigo 25 do mesmo mandamento em seu parágrafo 1º dispõe que *são reservados aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição*.

A Constituição do Estado do Paraná por seu turno no artigo 53 do Título III “Da Organização dos Poderes”, Seção II, “Das Atribuições da Assembléia Legislativa” confere ao legislativo estadual competência para legislar em matéria educacional tanto pública como particular ao dispor que: *Cabe à Assembléia Legislativa com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*”, inciso XVI - *matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal*.

Ad argumentandum tantum, o artigo 23 *caput*, inciso V, que acabamos de citar dispõe que: *É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência* e conclui o mandamento constitucional em seu artigo 24 inciso IX que: *Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: educação, cultura, ensino e desporto*.

O professor Marcos Abílio Domingues¹ ao defender o ensino jurídico sobre o tema: “Ensino Jurídico: Entre a Competência e a Habilidade”, matéria publicada na Revista do Curso de Direito da Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP Vol. 1 - 2003, pág. 71² no item 3 - A Legislação e o Modelo para o Ensino Jurídico

2.No julgamento da ADI 2413/SC, por mim relatada, decidiu o Supremo Tribunal Federal: “EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ATO REGULAMENTAR. ATO COM EFEITOS CONCRETOS. I - O regulamento não está, de regra, sujeito ao controle de constitucionalidade. É que, se o ato regulamentar vai além do conteúdo da lei, ou nega algo que a lei concedera, pratica ilegalidade. A questão, em tal hipótese, comporta-se no contencioso de direito comum. Não cabimento da ação direta de inconstitucionalidade. II - Ação Direta de inconstitucionalidade não conhecida.” (“D.J.” de 16.8.2002). Assim posta a questão, nego seguimento ao pedido e determino o arquivamento dos autos. Publique-se. Brasília, 29 de setembro de 2003.

1.Doutor em Direito pela PUC/SP, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Campo Limpo Paulista - FACCAMP, Coordenador de Pesquisa e Professor Titular de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Santo Amaro - Unisa, em São Paulo/SP. Nota: Inserido conforme originais remetidos pelo autor.

preconizou que: *A legislação educacional brasileira é um verdadeiro cipoal. Diferente não é quando se trata do conjunto de normas aplicáveis ao ensino superior. Especificamente, com relação ao ensino do Direito, o mesmo emaranhado não se desfaz. Desde dispositivos constitucionais, passando por leis ordinárias, portarias e até pareceres administrativos que adquirem status de norma jurídica ou jurisprudência sumulada, formam o vasto, e por vezes não claro, ordenamento educacional. A Constituição Federal (CF) atribui, privativamente à União, competência para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (artigo 22, XXIV). Contudo, tanto a União quanto os Estados, o Distrito Federal e os Municípios detêm competência comum para proporcionar os meios de acesso à educação (artigo 23, V). Apesar da competência privativa da União para legislar a respeito das diretrizes e bases da educação, os Estados e o Distrito Federal também concorrem para legislar sobre educação (artigo 24, IX).* (grifamos)

Diante da complexidade de leis, ordenamentos, normas, portarias, etc., não se pode fazer tábula rasa de matéria tão relevante e sensível a todo tecido social. A temática da liberdade religiosa e o direito à educação abrangem duas questões cruciais da vida individual e coletiva de todo cidadão brasileiro. Primeiro a EDUCAÇÃO: é dever do Estado proporcionar a todos, meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, em segundo a RELIGIÃO: é assegurada, a inviolabilidade à liberdade de consciência e de crença não podendo ninguém ser privado de direitos por motivo de crença religiosa.

A educação está intimamente ligada ao intelecto de um povo desenvolvido e politizado, qualificando-o a aplicar suas aptidões e vocação no desenvolvimento nacional nos mais variados setores produtivos de um país. A religiosidade, imanente do ser, vivida e exercida no seu mais amplo conhecimento segundo a fé e crença de cada indivíduo, por seu vértice, contribui para o equilíbrio de forças naturais intrínsecas ao ser humano, entre o bem e o mal, preparando-o e fortalecendo-o para o desempenho do seu papel social com índole aperfeiçoada, pois a fé quando bem vivenciada, aproxima o fiel ao criador despertando virtudes e dons que só na esfera relacional divina se pode obter. Assim Educação e Religião formam uma simbiose perfeita no indivíduo e quando se fundem forjam o caráter de todo cidadão de bem, útil à família, balizadores da ética cristã, indispensável à sociedade, imprescindível às instituições, braço forte do setor produtivo que por contingência formam uma nação saudável e próspera.

Diante de tão preciosos valores não pode o estado-mãe abster-se de assegurar na prática direitos fundamentais inalienáveis, os quais não podem ser regulados ou outorgados pelo estado se não declarados, como ensina o nobre Procurador da República Celso Antonio Trêz.

2.in CD Room nº 48 *Jurisintese Milenium*.

INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA DAS LEIS EXISTENTES

Uma das leis declaradas inconstitucionais pelo judiciário foi a Lei 11.830 de 16.09.2002 de Porto Alegre, que versa da mesma matéria. O motivo da alegada inconstitucionalidade derivou da lesão ao princípio constitucional da independência e harmonia dos poderes, expressamente estabelecidos no artigo 2º, 61 parágrafo 1º, II, “c” e “e”; artigo 84, III e VI, mais o artigo 5º da atual Carta Magna.

Os aludidos artigos constitucionais tratam de independência e harmonia dos poderes bem como da competência privativa do poder executivo nas questões de administração pública geral. Por assim dizer a lei estadual que interfere no regramento maior padece por vício de inconstitucionalidade formal.

O texto da lei gaúcha guerreada, Lei 11.830/2002, realmente dá margens para que fosse declarada como tal, nada que pudesse ser emendada. O artigo 1º invadiu a esfera da competência privativa do executivo na medida em que especificou a forma e os cargos do processo seletivo de candidatos em concursos públicos do poder estadual, na administração direta e indireta das funções executivas, legislativa e judiciária, bem como as avaliações de desempenho funcional e outras similares.

Ao ingerir em questões uterinas da administração pública propugnando mudanças no seu funcionamento e sistemas para adequar e atender a fé e crenças religiosas, mais especificamente aos observadores do sábado como dia de repouso e adoração a Deus, o legislativo estadual do Rio Grande do Sul, deveras feriu o princípio da independência e harmonia dos poderes reinantes, ferindo frontalmente a competência privativa do executivo.

Não é este, porém o escopo deste projeto. Não tem o mesmo o condão de ferir nenhum princípio constitucional, ao contrário, apenas vem ao encontro dos fundamentos de liberdade e tolerância religiosa insculpidos na *Lex major*.

Nunca é demais lembrar a Teoria da Justiça de John Rawls nas considerações de Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva¹ onde com muita propriedade ao comentar sobre os fundamentos na elaboração da constituição de uma nação infere que: *O princípio da igual liberdade para todos constitui o padrão primário para a convenção constituinte. As exigências principais são que as de que as liberdades fundamentais da pessoa e da liberdade de consciência e de pensamento sejam protegidas e que o processo político, no seu conjunto, constitua um processo justo.*

1.Publicada na Revista da Faculdade de Direito de UFF Vol.3 - 1999, pag. 239). Ricardo Perlingeiro Mendes da Silva Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho Nota: Inserido conforme originais remetidos pelo autor. CD Roon júris síntese.

A constituição brasileira de 1988 consagrou alguns direitos fundamentais que decorrem da plena democracia cujos alicerces se sustentam na liberdade de consciência política e religiosa de um povo, fundamentos estes edificados nos princípios de igualdade e justiça regidos por leis nem sempre justas, mas que refletem as aspirações de uma sociedade politizada. De qualquer modo a nossa Carta Política tutela tais direitos e se as leis infraconstitucionais colidem com tais preceitos a de ser declarada a sua inconstitucionalidade.

Se o sistema reinante de administração do governo nos diversos setores da rede pública onde gravitam multiformas de atendimento não contempla os direitos consagrados constitucionalmente de todos os cidadãos, então este sistema deve ser revisto no que couber. Mesmo sendo impossível aquelas mudanças que atenderiam minorias em face do gigantismo administrativo da rede pública, pelo princípio constitucional o estado democrático, por dever constitucional, deve adaptar do modo mais econômico a tutela do direito daqueles que por esse sistema são hostilizados e excluídos.

Invocar em sua defesa o argumento de que o “estado é laico” não podendo interferir em questões de religiosidade lavando as mãos como fez Pôncio Pilatos, equivale a omitir-se do dever tutelar que o estado detém.

A *fortiori* a lei projetada pretende apenas resguardar os direitos daqueles que professam sua fé não em dogmas ou formalismos (farisaísmo).

Isto posto é relevante dizer que o projeto proposto não tem a pretensão de modificar as bases e diretrizes do sistema político/administrativo reinante no concernente à educação, se não buscar a proteção do estado-mãe para aquilo que é precioso e imanente do próprio ser - a sua liberdade de consciência religiosa e o direito de acesso à escola, como bem definiu o Procurador da República Celso Antonio Trêz: *...Direitos fundamentais não são outorgados pelo Estado. Imanentes ao ser humano, por ele apenas são declarados. São as liberdades públicas, declarações de direitos fundamentais, não podem estar sujeitos às maiorias eventuais. São pétreos!... (Grifamos).*

Ao dispor sobre os direitos e as garantias fundamentais do cidadão, a Constituição Federal estabelece em seu artigo 5º, inciso VIII, que *ninguém será privado de direitos por motivos de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se da obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei.*

Rege em termos de princípio, como norte dos direitos do cidadão, na atual Carta Política do Brasil o princípio da igualdade, elencado no *caput* do artigo 5º, em termos de direitos e garantias individuais. Tal princípio esclarece, conforme asseverava Aristóteles (difundido por Rui Barbosa), já naqueles tempos, que *a regra de igualdade não consiste senão em quinhonar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigual-*

*dade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real. Os apetites humanos conceberam inverter a norma universal da criação, pretendendo, não dar a cada um, na razão do que vale, mas atribuir o mesmo a todos, como se todos se equivalessem.*¹

Também, dentre os direitos fundamentais encartados no artigo 5º da Constituição Federal, o inciso VI prega que *é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;*

Este dispositivo disciplina a regra constitucional de liberdade religiosa, ou seja, em extensão a livre manifestação de pensamento, é vedado qualquer ato definidor de limites à liberdade de crença.

Mais adiante, a própria Constituição estabelece em seu inciso VIII do mesmo artigo 5º, outro direito fundamental, qual seja, a de que *ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.*

Objetivo fiel do projeto de lei é garantir aos cidadãos o direito à liberdade de crença religiosa, podendo o mesmo *recusar-se a prestar determinada imposição em virtude de sua crença.*

Uadi Lâmeggo Bulos, jurista brasileiro renomado, escritor da obra Constituição Federal Anotada, assim nos ensina:

Conexa à crença religiosa e à convicção filosófica, a escusa de consciência traduz o direito de alguém se recusar a prestar serviço ou ter imposição contrária ao seu credo, filosofia de vida, opção política, pessoal, moral etc.

O texto Constitucional reconhece, pois, o direito de escusa. Tal imperativo de consciência pode impor ao recusante prestação alternativa, todavia, essa prestação deverá, necessariamente, harmonizar-se com as suas convicções de crença ou religião, sem o que seria anátema.

Neste exato sentido é que está sendo proposto o presente projeto de lei a fim de garantir a todos os cidadãos a liberdade de crença, devendo-se estabelecer, na exata proporção, uma prestação alternativa.

Cabe ressaltar, também, que a própria Constituição Federal prevê o descanso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos. Ocorre que tal previsão, encontra-se dentre os direitos sociais (artigo 7º, inciso XV), devendo, pois, respeitar hierarquicamente os direitos fundamentais, invioláveis por sua própria natureza.

O projeto de lei proposto inicialmente prevê a garantia de opção àquele que possui suas convicções reli-

giosas, sem afetar, ao menos, a previsão de que o descanso semanal remunerado seja preferencialmente aos domingos, posto que se daria uma opção, quando possível, ao servidor.

Importante frisar, também, que a previsão do descanso hebdomadário, possui origem puramente religiosa e, acaso não reste opção ao cidadão, verifica-se uma ofensa ao princípio da igualdade entre religiões e não somente aos seus seguidores:

*A abrangência do preceito constitucional é ampla, pois sendo a religião o complexo de princípios que dirigem os pensamentos, ações e adoração do homem para com Deus, acaba por compreender a crença, o dogma, a moral, a liturgia e o culto. O constrangimento à pessoa humana de forma a renunciar sua fé representa o desrespeito à diversidade democrática de idéias, filosofias e a própria diversidade espiritual."*²

O Estado na sua esfera de atuação tem o dever de intervir em defesa das garantias constitucionais relativamente ao direito de crença quando a fé exorbita aos princípios fundamentais da VIDA colocando-se em risco. Essa é uma fé temerária em que o Estado tem por obrigação tutelar intervindo para a proteção do bem maior, a VIDA. Mas nunca quando o cidadão exerce sua crença de forma harmoniosa aos princípios da VIDA cujo exercício eclesiástico dessa crença contribui ao seu desenvolvimento individual e coletivo, tanto na esfera intelectual quanto espiritual econômica e social.

Portanto os argumentos invocados pela suprema corte para declarar a lei gaúcha como inconstitucional estão certos em parte, mas padece de acuidade constitucional na exata medida em que não quis tutelar o direito líquido e certo das classes religiosas amparados pela atacada lei, cujos princípios vividos em nada ferem ou interferem nos fundamentos maiores da nação ou estado, ao contrário, pois, *a maior necessidade do mundo é de homens que não se comprem, nem se vendam. Homens cuja consciência seja tão fiel ao dever como a bússola é ao pólo. Homens que permaneçam firmes pelo que é reto, ainda que caiam os céus.*³ Cidadãos assim formam uma sociedade justa e forte contribuindo para a edificação de uma nação superior sendo dever do Estado no bojo das suas atribuições e competência tutelá-los.

DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE DO PROJETO DE LEI

Um dos fundamentos da constitucionalidade está fulcrado no parágrafo 2º, artigo 5º da Constituição Federal que determina a observância pelo Estado de outros direitos e garantias disciplinados em tratados internacionais como se integrantes do direito nacional.

É assegurada também constitucionalmente a liberdade de credo religioso, vedada qualquer privação de

1. **Oração aos Moços**, Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1949, pp.33/34.

2. (Alexandre de Moraes, in Direito constitucional, pág, 71, ed. Atlas).

3. Ellen G. White escritora Americana.

direitos por força de opção religiosa como dispõem os incisos VI e VIII do artigo 5º da Constituição Federal;

A competência tão combatida e defendida prevista no artigo 23, *caput* da Constituição no que tange a competência relativa à matéria objeto deste projeto, define que tanto a União quanto dos Estados, Distrito Federal e Municípios podem legislar em “comum” no propósito de proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência, inciso V; e ainda;

A *lex major* atribui competência à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar “concorrentemente” sobre: inciso IX: “educação, cultura, ensino e desporto”;

A Lei Darcy Ribeiro de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394 de 20.12.1996, em artigo 2º dispõe que *A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*, e no seu artigo 3º define que *O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, inciso I: igualdade de condições para acesso e permanência na escola: IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*

O artigo 10 da mesma lei dispõe que *Os Estados incumbir-se-ão de: inciso III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus municípios e inciso V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino.*

O artigo 7º da lei citada dispõe também que *o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino* forjados na *lex major*, na Lei de Diretrizes Nacionais, Lei 9394/96 e na Lei Estadual nº 4978/64, devendo a elas obediência;

Inquestionavelmente a COMPETÊNCIA da UNIÃO e dos ESTADOS na elaboração de leis e de normas reguladoras do setor educacional, Constituição Federal, artigos 22, 23 e 24); Liberdade Religiosa, Liberdade de Consciência e de Crença, Direito do Exercício de Culto por Motivo de Crença Religiosa, (Inciso VI e VIII, artigo 5º da Constituição Federal), e Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (artigos 2º, I, IV e V; 5º parágrafo 1º; 7º I; 8º parágrafo 1º; 9º IV; 10 III, V, todos da Lei 9394/1996), é COMUM e podem CONCORRER entre si no sagrado dever de legislar sobre matérias afins desde que não conflitem com os interesses maiores da Constituição e do sistema macro das diretrizes básicas da educação ditadas pelo Poder Executivo cuja competência é privativa.

A Constituição Estado do Paraná por seu turno no artigo 53 do Título III *Da Organização Dos Poderes*, Seção II, *Das Atribuições Da Assembléia Legislativa* confere ao legislativo estadual competência para legislar em matéria educacional tanto pública como particular ao

dispor que *Cabe à Assembléia com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:”, inciso XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal.*

Como alhures dito o projeto de lei ora em comento em nada fere as diretrizes básicas da educação ao não interferir no modelo educacional estabelecido pelo poder executivo da União, se não apenas tutelar direito dos cidadãos, harmonizando-os às diretrizes já existentes sem onerar orçamentos, logo a sua égide é legal infirmada tanto na Constituição Federal quanto estadual.

PROJETO DE LEI Nº 754/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Goioerê o imóvel constituído pelos lotes de terras números 01 a 17, Quadra 114 da Planta Geral da cidade de Goioerê, com área total de 8.346,00m² (oito mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados), pertencentes à Cohapar - Companhia de Habitação do Paraná, conforme matrícula nº 8.006, Livro 2, do Registro de Imóveis da comarca de Goioerê, neste Estado.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado pela Prefeitura Municipal de Goioerê, especificamente para o fim que esta lhe der, atendidos os princípios que regem a Administração Pública, ficando responsável pela guarda, proteção e manutenção do imóvel, o qual ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados os artigos 1º e 2º da Lei Estadual nº 14.740 de 08 de junho de 2005.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa autorização legislativa para que o Executivo proceda à doação do imóvel do município de Goioerê.

Ocorre que o Poder Executivo já doou o imóvel objeto da presente à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, determinando que a mesma implante unidades habitacionais de interesse social no mesmo.

Todavia, a construção de unidades habitacionais de cunho social naquele imóvel não coaduna com a política habitacional do município que o reivindica a fim de dar-lhe melhor utilidade.

Isso porque o município de Goioerê nunca fora consultado sobre a viabilidade de construção das unidades habitacionais naquela localidade, no centro da cidade, sendo que, na forma do artigo 30, VIII, da Consti-

tuição Federal, compete ao Município promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Por outro lado, o Município tem dentre seus deveres a eficiente prestação de serviços públicos à comunidade local e regional, sendo que possui em seu território o imóvel objeto da presente completamente ocioso, maculando a própria imagem do Município.

Não bastasse, há interesse de órgãos locais em aproveitar o terreno em prol do interesse público, satisfazendo a exigência preconizada pela Constituição Federal e imposta pelo presente projeto.

Esta área pertence ao Estado e atende às necessidades do Município, sendo que, para tanto, solicita a mesma para que possa realizar o atendimento da população local e, sobretudo, em atendimento ao Estatuto das Cidades.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

PROJETO DE LEI Nº 755/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominada de Prefeito Laurival Kwiatkowski Mayer, a Rodovia PR-151, ligando o município de São Mateus do Sul ao município de Três Barras, na divisa com o Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a iniciativa deste projeto de lei, pretendemos homenagear um homem que escreveu muito a história do Paraná, especialmente no município de São Mateus do Sul.

O Sr. Laurival Kwiatkowski Mayer, ex-Vereador, ex-Vice-Prefeito Municipal e Prefeito Municipal de São Mateus do Sul, deixou uma história muito linda no Paraná, e especialmente no município de São Mateus do Sul. Faleceu no dia 24 de novembro de 2005, na cidade de São Mateus do Sul, aos 66 anos de idade, deixando viúva a Sra. Idalina Mayer, e filhos: Jussara, Izolde, Cleri, Cleide, Álvaro, Aramis, Elaine e dez netos.

Foi Vereador no período de 1977 - 1982, Prefeito Municipal no período de 1983 - 1988, Vice-Prefeito Municipal no período de 1993-1996 no município de São Mateus do Sul.

A intenção do presente projeto de lei é de prestar uma singela homenagem ao bravo homem público, considerado o desbravador da região Sul do Estado do Paraná, especialmente no grande município de São Mateus do Sul, sendo um dos políticos mais destacados. Participante ativo em momentos decisivos para a comunidade paranaense.

É esse campeoníssimo homem público que sempre subiu e alcançou seus mandatos através do voto livre do povo de São Mateus do Sul, que pretendemos homenagear com a modesta designação de seu nome a Rodovia PR-151, que liga o município de São Mateus do Sul ao município de Três Barras na divisa do Estado com Santa Catarina.

Certamente outras homenagens virão, muitas mais, pela gratidão das gerações futuras que jamais se esquecerão.

PROJETO DE LEI Nº 756/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Comunidade Cristã Água Viva, com sede e foro no município de Medianeira.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Comunidade Cristã Água Viva, com sede e foro no município de Medianeira, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por finalidade adorar a Deus em espírito e em verdade, propagar o evangelho de graça de nosso Senhor a saudar Jesus Cristo, exercer beneficência, criando e/ou apoiando obras filantrópicas assistenciais, sociais e educacionais, organizar e manter pontos de pregações e congregações, cuidar, manter e ampliar seu patrimônio e administrar suas receitas, criar através das diretorias constituídas, departamentos internos, se necessário, exercendo a superintendência da obra por eles realizada, criar, apoiar e manter obras missionárias no país e no exterior.

A documentação anexa ao presente demonstra que a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e demais dispositivos aplicados à matéria, merecendo o apoio dos nobres Pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 757/2005

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os órgãos públicos estaduais competentes no que se refere à formalização de reserva legal de pequena propriedade ou posse rural familiar, área de preservação permanente, área de utilidade pública ou de interesse social não poderão exigir quaisquer taxas e/ou emolumentos.

§ 1º A averbação da área de preservação permanente, reserva legal da pequena propriedade ou posse rural familiar, área de utilidade pública ou de interesse

social é gratuita, devendo o Poder Público prestar apoio técnico e jurídico, quando necessário.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, entende-se por:

I - pequena propriedade rural ou posse rural familiar: aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário ou posseiro e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiro e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em oitenta por cento, de atividades agroflorestal ou de extrativismo, cuja área não supere trinta hectares;

II - área de preservação permanente: área protegida nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei nº 4177/65, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

III - reserva legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, executada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;

IV - utilidade pública:

a) as atividades de segurança nacional e proteção sanitária.

b) as obras essenciais de infra-estrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia; e

c) demais obras, planos, ambiente ou projetos previstos em resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama;

V - interesse social:

a) as atividades imprescindíveis à proteção da integridade da vegetação nativa, tais como: prevenção, combate e controle do fogo, controle de erosão, erradicação de invasoras e proteção de plantios com espécies nativas, conforme resolução do Conama;

b) as atividades de manejo agroflorestal sustentável praticadas na pequena propriedade ou posse rural familiar, que não descaracterizem a cobertura vegetal e não prejudiquem a função ambiental da área; e

c) demais obras, planos, atividades ou projetos definidos em resolução do Conama;

Art. 3º Esta lei tem como fontes formadoras o Código Florestal, Lei Federal nº 4177, de 15.09.65 e Medida Provisória 2166-67, de 24.08.01.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) NEIVO BERARDIN

JUSTIFICATIVA:

É notória nossa preocupação com a questão ambiental no Estado. Já conseguimos a viabilização de mais

de quatrocentas reservas naturais no Paraná nos últimos treze anos, fruto da Lei do ICMS Ecológico.

No entanto, os pequenos produtores, aqueles com áreas rurais inferiores a 30ha, estão enfrentando inúmeras dificuldades no que se refere à regularização de áreas, por força dos custos relativos às taxas exigidas de órgãos públicos, como o IAP, que exige "taxa de vistoria".

Como se não bastasse, os cartórios estão exigindo custas para a averbação na matrícula do imóvel da referida reserva. Trata-se de um absurdo, pois confronta inclusive com o disposto no Código Florestal.

Esta lei vem regularizar uma situação que vai beneficiar a todos os paranaenses indiretamente, com a preservação ambiental, e diretamente aos pequenos proprietários ou posseiros rurais.

Contamos, portanto, com o apoio dos demais Pares para a aprovação do projeto que, sem dúvida, trará grandes benefícios ao nosso Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Quero participar aos Srs. Parlamentares que faleceu nesta madrugada o pai do nosso colega Deputado Francisco Bühner. O velório está ocorrendo na cidade de Tijucas do Sul e o sepultamento será às 17 horas, em São José dos Pinhais.

Pequeno Expediente:

Com a palavra, no Pequeno Expediente, o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para não dizer que só falamos da violência no interior do Estado ou especificamente em Londrina e região metropolitana, estamos trazendo aqui um estudo recente que foi elaborado por um órgão insuspeito, apontando que o Paraná tem duas cidades entre as mais violentas do país, em todo esse apanhado geral, através de uma pesquisa muito minuciosa.

A cidade de Curitiba é a sexta mais violenta do Brasil e o município de Foz do Iguaçu está na décima posição.

Portanto, o Paraná é o único Estado que está, lamentavelmente, cedendo duas cidades como as dez mais violentas do nosso país. Isto prova que a política voltada ao combate à violência, de segurança pública, está errada. Porque nem no governo anterior, que ficou oito anos no Poder, tínhamos esses dados. E é por isso que agora o Executivo está encetando ações no sentido de melhorar principalmente a condição para o policial, seja civil ou militar, desenvolver a sua atividade.

A falta de equipamento para que os policiais possam desenvolver as suas atividades a contento da população, é muito grande. Para se ter uma idéia, em Londrina

as ocorrências de trânsito estão sendo feitas por um caminhão guincho. Não é para retirar o veículo do local, não. Os policiais estão se dirigindo ao local do acidente com caminhão guincho. Isso porque não existe viatura para fazer o atendimento, o procedimento normal como é feito em qualquer local.

E agora, o que nos preocupa ainda mais é o que foi dito por um advogado de 28 anos, que ficou refém dos assaltantes e presenciou no banco traseiro do seu veículo, por cinco horas, a ação dos marginais fazendo vários assaltos por Londrina, Cambé, Ibiporã. E os policiais muito calmos, profissionais, diziam que só estavam acontecendo os assaltos porque os marginais sabiam que a cidade estava desprotegida, desguarnecida, no que tange a homens efetivos para combater a criminalidade e principalmente em relação aos equipamentos, a estrutura para que os policiais possam trabalhar.

E agora, o comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, o Tenente-Coronel Marcos de Castro Palma, se insurge contra a liberação de policiais do interior do Estado para trabalharem na Operação Praia, que dar-se-á durante todo o período de verão, no litoral.

Não é o Barbosa Neto, que critica a questão da violência galopante em nossa cidade, é o próprio Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar da cidade mais importante do interior do Paraná, que está se insurgindo contra a liberação, porque os policiais vão desfaltar, sobremaneira, a atividade de segurança pública se deixarem de atuar na cidade. Eu sei que o efetivo é pequeno; sabemos dos esforços do Governo de contratar mais policiais. Existem promessas de que esses policiais irão trabalhar principalmente no interior, mas de concreto não estamos vendo praticamente nada.

E agora vem esta informação do Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Londrina, o Tenente-Coronel Marcos de Castro Palma, que se ele retirar esses policiais e também as viaturas que farão a segurança dos paranaenses no litoral do nosso Estado, o prejuízo para Londrina vai ser muito grande.

Então, estamos trazendo mais uma vez, na tarde de hoje, essa preocupação. E estamos solicitando que o Governador do Estado, o Sr. Roberto Requião, aja com parcimônia e não ceda esses policiais para a Operação Praia, porque não adianta cobrir a cabeça descobrindo os pés.

Era o registro que tínhamos a fazer na tarde de hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próxima oradora é a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres Deputadas, e nobres Deputados.

Queria cumprimentar a todos que nos visitam nesta tarde, os policiais, os trabalhadores que estão aqui e dizer que considero um dia extremamente importante para nós todos, para os Deputados e Deputadas. Temos muita satisfação, muito contentamento e muita alegria ao votarmos e defendermos várias mensagens, vários projetos, oriundos do Poder Executivo. Posso dizer que nenhum nos dá mais alegria e satisfação do que aquele que trabalha na direção e que propõe melhoria de vencimentos dos trabalhadores.

Hoje, muito especialmente vamos votar o Projeto 699, de autoria do Governador Roberto Requião, que propõe a alteração e a melhoria no quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná. Teremos, espero, a mesma questão em relação aos trabalhadores da Polícia Militar.

Queria dizer que quando Vereadora na cidade de Londrina, acompanhei bem de perto essa situação, essas demandas. Foram mais de oito, dez anos completando agora, de desespero absoluto, de dificuldade absoluta, porque nada provoca um sentimento de impotência do que a dificuldade financeira dos trabalhadores, principalmente em uma atividade de estresse, como é a dos policiais civis e militares. Conversamos várias vezes com os dirigentes do Sindicato da Polícia Civil, especialmente; participei de várias reuniões, várias discussões, assim como outros colegas Deputados; na intenção de fazermos a nossa parte, o que compete aos Deputados, dentro do nosso limite de poder, que é a pressão política, a busca da interlocução, a defesa das demandas que chegam aqui. E felizmente pudemos contar com a sensibilidade do Governador Roberto Requião que entendeu a necessidade da revisão do quadro de pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná e nos dá o prazer e a honra, neste tarde, de podermos votar esse projeto.

Acompanhamos de perto, sabemos do sofrimento, das agruras e da penúria que se encontram os policiais civis e militares, e para nós é motivo de satisfação essa votação. Foram anos de abandono, anos de absoluto descaso com relação a essas categorias. E se ainda existem algumas questões a serem resolvidas e a busca de melhoria cada vez mais, porque isso faz parte, é inerente ao ser humano, nós temos um grande momento hoje que é aprovarmos este projeto.

Esperamos - e tenho certeza - que não haveremos de ter nenhum problema na Casa, porque há uma receptividade muito grande, uma boa vontade dos Deputados e Deputadas em relação a esta questão.

Da mesma forma vejo algumas faixas com reivindicações de aposentados e pensionistas; vejo também reivindicações das Secretarias da Agricultura, Meio Ambiente; da Fundepar, Imprensa Oficial e, evidentemente que, nós, enquanto Deputados e Deputadas, temos a obrigação de continuar apresentando, junto ao Poder Executivo essas reivindicações que são necessárias, oportunas.

Nesses três anos de Governo, o Governador Roberto Requião já demonstrou a sua preocupação e o seu compromisso em melhorar a vida dos servidores públicos, dos trabalhadores do Poder Executivo.

Era isso. Apenas registrar e deixar consignado que me sinto muito honrada em fazer parte desta legislatura; a legislatura que votou, finalmente, o tão esperado plano de carreira, a tão necessária correção e resgate desta pendência que o Estado do Paraná tinha com tão importantes categorias de trabalhadores.

Espero que possamos trabalhar, na mesma direção, em relação aos outros trabalhadores que trazem as suas reivindicações, através das faixas que eu leio neste momento.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem usamos desta tribuna para levarmos ao conhecimento do povo do Paraná e desta Assembléia os fatos que ocorreram na cidade de Apucarana e que me envolveram com o Promotor de Justiça daquela cidade, daquela comarca.

Quero, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que no mês de maio eu já havia levantado esta questão aqui, uma vez que o Promotor Márcio Pinheiro Dantas Mota, oriundo do Rio de Janeiro, prestou aqui no Paraná, um concurso. Colega do Sr. Secretário da Segurança. Foi designado para assumir, começou a sua vida pelo interior e chegou à cidade de Apucarana. Em maio ele remete ao Dr. Delazari, e ao Governador Roberto Requião, documentos a respeito da minha pessoa; depois desmentiram dizendo que não haviam mandado mas, tenho cópia do fax do seu gabinete, aqui em minhas mãos, que comprovam que o documento que o Governador recebeu veio via fax do Promotor Márcio Pinheiro Dantas Mota, de Apucarana. Esse documento, endereçado ao Governador, depois foi remetido à Assembléia onde o Governador pedia uma CPI contra o Deputado José Domingos Scarpellini, porque eu havia denunciado irregularidades no Porto de Paranaguá.

O Promotor Márcio Dantas diz que não foi ele. Aí, apareceu um outro Promotor na Comarca, (são vários), dizendo que ele havia encaminhado um dossiê, sim, e eu então, argüí a suspensão dos dois. Suspensos aqueles dois, apareceu um terceiro e esse terceiro agora, é o que teve um pequeno entreviro comigo, no saguão do Hotel Palace lá em Apucarana. Foi aquele “pequeno polegar” que me deu voz de prisão na quarta-feira passada. A Presidente da Associação dos Promotores do Paraná em nota distribuída ontem à imprensa, disse que não foi dada voz

de prisão pelo Promotor. Foi dada voz de prisão, sim. E ele, além de dar a voz de prisão, ainda requisitou a polícia, que chegou em três viaturas, para efetuar a minha prisão, o que me deixou muito satisfeito porque eu me senti uma pessoa forte, porque três viaturas com mais de dez policiais, não precisava tanto! E me desloquei dali até à Delegacia, de livre e espontânea vontade; até fui a pé para fazer um pouco de exercício porque eram dez e meia da noite e eu estava um pouco cansado e tive que andar mais quatro quilômetros e aí me estressei um pouco mais.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Eu vou usar o tempo do Bloco também.

Passa a usar o Horário do Bloco Parlamentar PP/PSB

Então, estamos lá com três promotores sob suspeita. O Promotor Gustavo Marcel Fernandes Marinho que foi do fax dele que passaram os documentos para o Governador Requião. O Promotor Mota, que cedeu a documentação e agora o Promotor André Delgrossi, que me deu voz de prisão porque eu disse que não iria usar a Promotoria para entrar com uma Ação Popular contra o Prefeito, e vem a ilustre representante dos promotores, através de uma nota, - ela não estava lá, ela não tem conhecimento dos fatos, - não ouviu os policiais, não ouviu os funcionários do Hotel e - disse na nota que ele não me deu voz de prisão. Quer dizer: é o espírito de corpo, Sr. Presidente, formado pela vontade de fazer o que eles bem querem, na verdade, contra todos no Paraná. Nas Delegacias de Polícia os promotores não vão para defender os direitos dos presos; não vão aos hospitais para defender, - com exceção de um de Ponta Grossa - eu não vejo ninguém levantar a sua voz em defesa dos doentes, dos aposentados.

Não vejo os promotores levantarem as suas vozes em defesa das aposentadorias que o IPE, através do seu sucessor hoje, não faz as correções devidas e os promotores deviam estar lá, para defender o Estatuto do Idoso, os pensionistas, os aposentados. Aí, não tem promotor. Promotor tem, para criar problema e querer aparecer na mídia contra deputado, prefeito, vereador, policial militar, policial civil que, muitas vezes, no cumprimento do seu estrito exercício é perseguido pela vontade de um jovem promotor que, nascido no ano de 1981, ainda sem experiência forense, passou num concurso público, sem experiência de vida, chega numa Comarca e se acha o “Deus Todo Poderoso” para processar prefeito, vereador, deputado e quem quer que seja.

Daí quando você vai discutir algum assunto com ele... “O senhor está me desacatando!” Você não pode fazer um contraditório, ou levantar o seu pensamento porque daí passa a ser desacato. Como se eles fossem os donos de toda a verdade. A suprema verdade está nas

mãos de alguns que acham que estão acima de lei. Ainda mais, quando o Secretário da Segurança, que também é promotor, é inimigo, por exemplo, pessoal, ou desafeto político de algumas outras correntes no interior, como aconteceu em Colorado, que os desafetos políticos do atual Secretário da Segurança foram perseguidos pelos promotores em investigações.

Ora, o primeiro promotor que encaminhou o meu dossiê ao Governador Requião, pediu a cassação do meu mandato. Veja a que ponto que chega!

Esse promotor veio do Rio de Janeiro fazer um concurso aqui. O pai dele, muito amigo do Dr. Delazari, não o Secretário, mas o pai do Secretário e, aí não é nepotismo. O Procurador tem o seu filho passado em concurso para ser promotor e não é nepotismo!

No dia 23 de maio, - coincidência, é o dia do meu aniversário -, entramos com um requerimento pedindo ao Tribunal de Contas do Estado providências. Por quê? Lá na comarca de Apucarana, onde o Promotor, Dr. Dantas, que é o promotor que deveria cuidar das coisas públicas, existe um advogado que veio do Rio de Janeiro, formado e colega do Promotor, que foi nomeado para duas prefeituras. O que contraria a lei, porque não pode haver acúmulo de cargos.

Então, esse advogado que veio do Rio de Janeiro, Rodrigo Gonçalves Portela, é nomeado na Prefeitura de Cambira, como assessor jurídico e nomeado na Prefeitura de Itacolomy, também como assessor jurídico, acumulando cargo, porque ele só poderia ser assessor jurídico de uma das prefeituras, e no entanto, o Dr. Promotor Público, ao invés de tomar providências, não tomou.

Chegou lá uma denúncia anônima ao promotor para que ele tomasse uma providência, no sentido de processar o advogado. Mas, dizem: Como é que ele iria processar o advogado se era indicação dele?

As pessoas, com medo, fizeram uma denúncia anônima. Ele ficou apurando para saber quem era o denunciante. Como não descobriu, arquivou o feito. E o advogado continua sendo advogado dos dois municípios, e o promotor não tomou nenhuma providência contra o assessor jurídico, seu colega do Rio de Janeiro, que veio para a comarca de Apucarana, que é advogado de Cambira e, de novo, de Itacolomy, na comarca que o promotor deveria estar fazendo a fiscalização.

Pedimos isso ao Tribunal de Contas, no dia 23 de maio. Pedimos que fosse feita uma auditoria para apurar as nomeações, desse advogado, nos municípios. Até a presente data não tivemos nenhuma resposta e nenhuma informação. O que me leva crer que este assunto não é de relevante interesse também do Tribunal de Contas, porque já faz seis meses. Mandamos ao Tribunal quando da votação aqui na Assembléia. Isso é uma decisão do Plenário.

O Tribunal de Contas recebeu a lei do pedido de auditoria, os Decretos nomeando, e nada foi feito. Agora a Associação do Ministério Público do Paraná, através da sua Presidente vem e diz que não houve o problema, o promotor não me deu voz de prisão. Primeiro, não foi

ouvido ninguém ainda. Existem lá dez ou doze policiais que irei arrolar como testemunhas. O promotor chamou a polícia. Qual seria o objetivo?

Chamou a polícia para pedir a ela que testemunhasse sobre o fato. Ele chamou a polícia para me prender. O Tenente não quis me prender e disse: olha não vou prender. Não existe flagrante, não existe motivo. - Ele disse: mas, eu estou mandando. Aí o Tenente disse o seguinte: - o senhor me desculpe, obedeco ordens só do meu comando e dos meus superiores. O senhor não é meu superior. Ele se vira a fala: eu estou sendo ameaçado. Estou mandando o senhor prender. Ele falou: não vou prender. - Mas eu sou Promotor. - Se o senhor fosse juiz e emitisse um mandato de prisão eu prenderia o Deputado. Mas fora disso, não vou fazer a prisão.

E eis que, está aí a situação. Agora não é a situação do José Domingos Scarpellini, Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Seu tempo está esgotado Deputado!

Queremos registrar a presença de representantes do Ministério Público: Dr. Olímpio Sotto Maior - Procurador de Justiça; Dr. Sérgio Sinhorri - Procurador da Justiça e ex-Presidente da Associação Paranaense do Ministério Público. Esta Casa dá as boas-vindas e ressalta a importância que tem o Ministério Público neste país, de promover a justiça e a transparência.

Sentimo-nos orgulhosos com as suas presenças.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (Pela Ordem)

Gostaria de ressaltar a presença do Sr. Altamir Sanson, Prefeito de Palmeiras.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa dá as boas-vindas ao Prefeito Altamir e registra a sua presença.

Seja bem-vindo!

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (Pela Ordem)

Também gostaria de registrar e ser solidário a um dos representantes do Ministério Público. Da maneira como V. Exa. colocou até parece que fui contrário ao Ministério Público, em toda a Instituição. Não é verdade.

As colocações feitas pela minha pessoa se referem a um setor do Ministério Público que muitas vezes não expressa o sentimento da Instituição como Instituição. Então, nesse sentido registro agora também a minha colocação.

Quero dizer a V. Exa., mais uma vez, Deputado Pedro Ivo, que para a Deputada Elza Correia o senhor concedeu um minuto a mais do tempo. O senhor novamente negou a mim a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Apenas no Pequeno Expediente. No Horário das Lideranças, ninguém terá.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Parece-me que novamente o senhor está tendo um novo problema.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Scarpellini, gostaria de ressaltar que quando fiz menção a visitas não fiz associação nenhuma em relação ao seu discurso.

Horário das Lideranças:

Horário das Lideranças. Consulta às lideranças do PP, PSD, PPS, PDT, Bloco PTB/PL/PMR.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

Liderança do PTB/PL/PMR: Deputado Jocelito Canto

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; imprensa aqui presente, que se diz o terceiro poder:

Hoje é dia 30 e é bom lembrar que é dia de chorar. Todo dia 30 nós temos que chorar, que lamentar. Dia 30 é dia de pensar no Paraná. Deveria ser instituído dia oficial de luto. É dia de se perguntar: por quê?

Hoje, dia 30, sangra o coração dos paranaenses, seja ele humilde, simples, empresário, político; hoje é dia de sangrar o coração do povo do Paraná. É dia dos funcionários públicos ou funcionários de outras instituições ligadas ao Estado, dizerem “olha, estamos há dez anos sem aumento. 120% de aumento, estamos aguardando”. O último aumento foi em 1995 - acabei de receber o documento do movimento aqui presente. Temos aqui os funcionários do Ministério Público, também reivindicando seu aumento, que é de direito.

Mas, hoje é dia de lamentar. E que a imprensa institua, como sempre cobrou, que institua hoje - não oficial, mas extra-oficialmente - como um dia de luto. Porque neste exato momento, o Estado do Paraná está pagando 56 milhões. Hoje, dia 30. Todo dia 30 o Paraná paga 56 milhões.

O Reitor da Universidade de Ponta Grossa, quando eu comentava no rádio, dizia: “50 milhões!”

Deputado Marcos Isfer, o senhor é nosso comandante na questão orçamentária da Casa, 50 milhões paga mensalmente o ensino superior, no Estado do Paraná. Cinquenta milhões daria para pagar todos os aumentos reivindicados nesta Casa, por todos. E sobraria dinheiro! 50 milhões daria para fazer quatro hospitais por mês em qualquer cidade- pólo. 50 milhões por mês daria para colocar todas as UTI's que estão faltando; todos os leitos hospitalares. Daria para aumentar a segurança, contratar mais policiais. Mas, é o que nós estamos pagando pela irresponsabilidade.

E daí, quando falo desse passado negro, triste, que todo dia 30 haveremos de lembrar, há pessoas que se

fazem de desentendidas: “ah, não, acho que não, são só 50 milhões, não foi comigo”. Mas, o Paraná paga 56 milhões, hoje.

É como um pobre de um operário, que compra uma geladeira em 24 meses, - hoje tem loja que vende em cinquenta meses - o Paraná também conseguiu ficar nos próximos 24 anos, pagando essa irresponsabilidade. 24 anos nós vamos continuar pagando esta conta. Corrigida pelo IGP, mais 6% de juros ao ano.

Todo mês o Paraná paga, e eu não vejo ninguém falar disso. Ouço falar na falta de UTI, falta de aumento aos servidores, falta de leito nos hospitais; mas, não ouço ninguém cobrar a responsabilidade disso. Quem é que vai pagar por esse crime que se cometeu contra o Estado do Paraná? São 56 milhões! Hoje, dia 30, é aniversário; deveríamos trazer um bolo, eu já vi bolos aqui nesta Assembléia, acho que no próximo mês vou trazer um bolo de 24 anos para lembrar todo mês, todo dia trinta, que fique registrado na página negra da história do Paraná, que ele paga 56 milhões. Daria para aumentar o salário de todos e sobraria dinheiro; daria para atender aos prefeitos, Prefeito Altamir Sanson, de Palmeira aqui presente; dava para lhe mandar um milhão por mês para o senhor fazer uma festa em Palmeira.

Mas não tem, o dinheiro sumiu, desapareceu.

Não vejo nada acontecendo; não vejo os fiscais do Paraná agindo. Quem é que vai fiscalizar? Quem é que vai cobrar? Não, mas não é nada, são 56 milhões, é porcaria. Daí quando se fala em 56 milhões, se diz: “É, mas é por ano”. Não, não é por ano não, é todo dia 30. A Fazenda tem a maior dívida a pagar, 56 milhões. Quem é que fez essa conta? O pessoal da imprensa lembra quem fez essa conta? Eu sei quem está pagando, o Estado, o Governo atual, e nos próximos 24 anos quem estiver no poder haverá de pagar a conta. Agora, que fez a conta? Quem fez essa continha? Quem é que comprou essa “geladeirinha” importada à base de ouro? Ninguém vai falar? Ninguém quer perguntar? Eu só quero registrar hoje, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: dia 30 é o dia de pensar no que fizemos; quem é que cometeu esse crime. E aí entra o que o Deputado Scarpellini cobra: e o Ministério Público do Paraná vai só perseguir ex-prefeitos? Ações para fazer mídia? Por que não fiscaliza isso? 56 milhões, e o Paraná vai continuar pagando. Mas não tem problema, é pouquinho, é o custo do ensino superior.

Todo dia 30 voltarei aqui, nesta tribuna, acho que vou começar a fazer comemorações, isso não pode ser esquecido. Vou começar a organizar manifestações, vou virar um petista daqueles antigos, não os modernos, os antigos que eram mais agitados, para protestar, porque é muito dinheiro, é muita grana, é o custo do ensino superior do Paraná, e ninguém vai falar. Mas todo dia 30 eu virei aqui, para lembrar 56 milhões daria para arrumar todas as estradas do Paraná, colocar todos os leitos de UTI em todos os hospitais, daria para colocar mais médicos, aumentar o salário de todos os funcionários e sobraria dinheiro; mas são só 56 milhões, é uma ninharia, não

vale nem a pena falar, não representa nada. Mas quem vai pagar Deputado Ratinho? Boa pergunta. Quem é que vai pagar essa conta? Todos. Hoje é dia de sair da conta do Paraná 56 milhões, que saem do sagrado dinheiro do povo paranaense e vai para o sagrado cofre do Governo Federal para pagar uma dívida de 24 anos pela frente. Talvez não estejamos aqui nos próximos 24 anos, mas os próximos Deputados vão continuar falando que o Paraná fez um mau negócio. E está pagando pela irresponsabilidade de quem? Ninguém sabe?

Que fique esse registro! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário do PDT, com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Reconheço o esforço do Governo do Estado do Paraná em conceder o reajuste de salários às polícias civil e militar, para o Poder Judiciário, para o Ministério Público, que são categorias merecedoras desse reajuste, que na verdade significa reposição das perdas salariais que esses servidores tiveram.

Alguns em menor tempo, outros em tempo maior. Porém, a nossa preocupação, na tarde de hoje, é com aqueles servidores que até o momento foram preteridos e não receberam esse mesmo tratamento igualitário por parte do Governo do Estado do Paraná.

Poderia citar, por exemplo, os técnicos administrativos das instituições de ensino superior. Participei de audiências públicas em Londrina, em Apucarana. Estivemos reunidos e recebi um estudo completo, depois de uma ampla discussão há mais de dois anos, das mãos do Vice-Reitor da Universidade Estadual de Londrina, Eduardo de Mauro. Levamos e encaminhamos ao próprio Governo Roberto Requião. Estive com ele. Estive com a Secretária Maria Marta Lunardon, com os secretários Reinhold Stefhanes e Aldair Rizzi. E estamos no aguardo. E estão presentes nesta Casa servidores da Secretaria da Agricultura, do Meio Ambiente, da Fundepar, da imprensa oficial e representantes que também estão na expectativa de receber um presente de natal. Seria uma correção das injustiças que foram cometidas no governo anterior. Isso seria como uma injeção de ânimo para que os funcionários pudessem trabalhar com muito mais afino e determinação, para poder azeitar ainda mais a máquina do governo.

Reconhecemos e agradecemos essa preocupação do Governador Roberto Requião. Mas, subimos à tribuna, na tarde de hoje, para também fazer essa cobrança.

Estou protocolando um requerimento solicitando do Governador esse tratamento equânime para essas categorias que estamos elencando.

É um merecimento, um reajuste embasado. Gostaria que o Governador Roberto Requião pudesse contemplar essas categorias.

Concedo um aparte ao Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Gostaria apenas de me somar às palavras de V. Exa. com relação àqueles que não tiveram a possibilidade de aumento.

Há poucos dias estiveram aqui funcionários do quadro geral do Estado, Secretaria da Saúde, da Agricultura, Ibama, enfim daqueles que já faz dez, onze anos e não tiveram, sequer a reposição.

A esperança era que a mensagem do aumento viesse junto com a das Polícias Civil e Militar. Não veio. E fiz uma reunião esses dias lá em Pato Branco, com os funcionários das Secretarias, enfim com os funcionários que estão nessa situação. É lamentável. Tem gente, Deputado Barbosa, que chora ao falar! Tem gente que não consegue mais reivindicar, tamanha a indignação porque todas as vezes que se tem aumento para o funcionalismo público, lamentavelmente o quadro geral está fora.

Então, precisamos fazer um apelo realmente. Conversei isso com o Governador. Outro dia o Deputado Dobrandino ligou ao Chefe da Casa Civil.

Numa conversa que tive como o Governador, eu disse: *Governador, nós não vamos conseguir dar um aumento para o quadro geral?* Ele disse: *Não, agora é para os policiais.*

Tudo bem. Mas, quando vai chegar a vez do quadro geral do Estado? Os funcionários da Secretaria da Agricultura, do IAP, da Secretaria da Saúde, do DER, enfim, funcionários que há muito tempo não sabem o que é um aumento. Além do quê, tem aqui uma carta endereçada a todos nós, dos aposentados e pensionistas, que a situação é mais dramática ainda. Sabendo que muitos dos que reivindicam hoje, amanhã já estarão aposentados.

Procede o pronunciamento de V. Exa. e creio que todos nós temos que lutar para que seja revista essa situação do quadro geral do Estado.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte e gostaria também de lembrar que o quadro próprio do Poder Executivo, tanto os aposentados e pensionistas que até agora não foram contemplados, quanto o próprio quadro QPE que também não foi enquadrado ainda. É outra luta nossa. Já conversamos com o Líder do Governo, o Sr. Dobrandino, liguei para a Secretária Maria Marta Lunardon, ela explicou os problemas que existem. E vemos semanalmente os servidores vindo a esta Casa numa verdadeira peregrinação, sugerindo e solicitando a todos nós o empenho para que pos-

samos resolver esta questão. Sabemos que isso depende do Governador e gostaria de conceder o aparte ao Deputado Antonio Anibelli e também ao Deputado Líder do Governo, Dobrandino da Silva.

O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)

Deputado Barbosa, segunda-feira falei daquela tribuna, fazia um apelo ao Governador para que urgenciasse a mensagem do aumento do quadro geral. Falei sem pedir ordem para ninguém, de livre e espontânea vontade, porque sei que o Governador está fazendo das mangas o paletó. Está fazendo um esforço louco para que a arrecadação do Estado melhore para poder atender. E vai atender. A minha palavra fica empenhada. Poderá V. Exa. me cobrar na frente, se esse aumento não vier.

Tenho absoluta certeza que o Governador é sensível, está insatisfeito com ele próprio por não ter mandado ainda. Vamos fazer o que é necessário, o mais urgente. Mas, tenho absoluta certeza que no início do ano que vem, se não vier este ano ainda, virá no início do ano que vem o aumento do quadro geral, porque falo como funcionário público que sou. Defensor da classe, há anos, nesta Casa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado pelo aparte, Deputado Antonio Anibelli.

Deputado Dobrandino da Silva.

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)

Deputado Barbosa, falo quase todos os dias com o Governador sobre o aumento do funcionalismo. Sei do andamento, do esforço. Mas, a constatação mais clara, na terça-feira da semana passada, lá na reunião do secretariado chamada "reunião da escolinha", o Governador falou publicamente - a TV deve ter levado ao ar - ele pediu à Secretária Maria Marta que apressasse o projeto para o aumento do quadro geral do Estado. Se ele falou publicamente é porque está em andamento.

Acho que V. Exa. levanta uma questão extremamente importante, que os funcionários estão cobrando com razão. Porque há anos atrás nem cobravam, porque não acontecia nada. Este Governo está fazendo uma revolução, um esforço enorme e as coisas estão acontecendo em termos de melhoria ao funcionalismo do Estado.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado. Quero agradecer os apartes dos Deputados Dobrandino e Antonio Anibelli, que falam pelo Governador Roberto Requião. Estamos no aguardo, esperando que realmente isso possa acontecer.

Concedo um aparte ao Deputado André Vargas.

O Sr. André Vargas (PT)

Queria informar que a Bancada do PT está apresentando uma emenda ao Orçamento, restringindo o uso do excesso de arrecadação - poderíamos todos assinar -, e

o superávit financeiro do Governo, para o aumento do quadro geral de pessoal, ou seja, vincular qualquer aumento de arrecadação ao reajuste do quadro geral de funcionários. São cerca de 34 mil servidores que estão sem nenhum reajuste há doze anos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Encerrando rapidamente, trinta segundos, Presidente, é uma questão importante.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O seu tempo se esgotou, Deputado Barbosa. Peço a sua compreensão, porque senão serei injusto com os demais oradores. O seu tempo está esgotado.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

V. Exa. me interrompeu e poderia ter dado quinze, vinte segundos perfeitamente, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado André, tivemos polêmica nesta Casa. O Deputado Scarpellini questionou a imparcialidade desta Presidência porque os Deputados Jocelito, Barbosa e ele, não tiveram um minuto. Por ordem do nosso Presidente, o Deputado Hermas Brandão, vamos acelerar a Sessão no dia de hoje.

Teremos duas Extraordinárias e uma Sessão Solene. Peço a sua compreensão. O Deputado pode se inscrever no Horário do PT.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Vou usar apenas dez segundos. Anunciar, em nome da Oposição, autorizado pelo Líder Valdir Rossoni, que toda a Oposição assinará conjuntamente essa emenda, para beneficiar todos os servidores do Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PFL; Liderança do PT; Liderança do PSDB.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de falar aos Srs. Deputados, que está se providenciando o aumento do quadro geral, independente de qualquer emenda aqui da Assembléia. Não é de hoje que estamos brigando por isso.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Qual é a questão que o líder apresenta?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado André Vargas, da mesma forma que o Deputado Barbosa que não apresentou a questão regimental, eu cedi para ser imparcial, mais uma vez, o

mesmo tempo que o Deputado Barbosa, não citando o artigo e não se tratando de questão regimental.

Liderança do PT. Concedo a palavra ao Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nossos visitantes.

Venho a esta tribuna registrar, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, a nossa insatisfação e a surpresa também, com o resultado final aprovado ontem da CPMI da Terra; uma CPMI que no seu voto em separado, diferentemente do que foi feito aqui, na Presidência do Deputado Elio Rusch, foi extremamente propositiva. O relatório final teve mais de trezentas páginas e surpreendentemente, do voto em separado, cerca, Deputada Elza Correia, de 250 páginas reservadas apenas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

O que me surpreende é que em nenhum momento - e aí a nossa indignação - neste voto em separado, é feita qualquer alusão às milícias armadas, à grilagem de terra no Brasil, processos que impedem que tenhamos a reforma agrária em nosso país.

Mais ainda, não fala absolutamente sobre questões Deputado Elio Rusch, em que pesem as divergências que tínhamos dentro do conjunto que compunha a CPI da Terra do Paraná, mas nós propusemos, o PFL, o PT, o PSDB, o PMDB, o PDT, todos os partidos, determinadas formas de encarar esse problema - que não é um problema de polícia, mas social - e obtivemos inclusive consenso no voto, pela compreensão do Sr. Presidente, pela compreensão do relator, Deputado Bradock, e pela compreensão dos demais Deputados.

Diferentemente disso, o Deputado Abelardo Lupion apresentou um voto em separado de uma forma que me parece tentar fazer com que tenhamos no Brasil talvez a reedição da Lei das Terras, de 1850. Porque vejam os senhores, diz o relatório final e esse voto em separado, que a ocupação de terra ilegal, seja ela pública, privada, produtiva ou não, se equipara a crime hediondo e ato terrorista.

Ato terrorista é termos 51% das terras nas mãos de 1% das pessoas deste país; Ato terrorista é termos milhões de pessoas que não têm como plantar; é termos muitas vezes - e não são todos, mas não os maus produtores -, dívidas de bilhões de reais junto a organismos oficiais, como Banco do Brasil, Caixa Econômica, Banco do Nordeste, de bancos estaduais, como o Banco do Estado, que nunca foram pagas e que nunca vão ser pagas, porque a Bancada Ruralista, mais do que força política, tem força econômica e nós respeitamos.

O que não podemos aceitar é que se queira criminalizar os movimentos sociais, assim como a Deputada Elza Correia tão bem fez dias atrás, a sua defesa a respeito do preconceito que é disseminado contra movimen-

tos sociais organizados de homossexuais, movimentos de pessoas que têm opção por gênero. Não podemos aceitar que um movimento que tem a importância que tem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra seja equiparado a traficantes de drogas, porque é isso que diz o relatório. Porque o crime hediondo, para aqueles que não sabem, é o crime do tráfico, é o crime do seqüestro; o crime hediondo é o crime perpetrado por aqueles que entendem que devem tomar o Estado por atos terroristas.

E nós, em nenhum momento, podemos defender esse tipo de compreensão, porque ela é atrasada, retrógrada, joga, na verdade - e acredito que isso não vai ser levado a sério e seria uma insensatez a toda prova - milhões de pessoas, em um processo, que se for levado ao pé da letra, mais do que a criminalização do movimento social, é a busca de resolver no processo de uma quase guerra civil. O processo tem que ser resolvido dentro dos parâmetros daquilo que prevê inclusive a nossa Constituição Federal.

Nós não temos hoje 24 bilhões de reais para fazer a reforma agrária em vinte anos, porque era essa a proposta que havia sido apresentada para assentar um milhão de famílias. Nós não temos, acho um equívoco, e já me pronunciei diversas vezes sobre isso. Mas querem, aqueles que fizeram esse relatório e que votaram nele, que seja securitizada a dívida de dez, vinte, trinta, cinquenta bilhões de reais junto a bancos oficiais.

É óbvio que nós queremos solucionar os problemas que existem e é óbvio também, como eu já disse por diversas vezes, não neste plenário, mas no Estado do Paraná, o Governador Roberto Requião, com o qual eu tenho divergências, mas que concordo plenamente nesse ponto quando diz que o único crime do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra é ser pobre; em um país que discrimina os pobres, não por outra razão, mas por serem pobres. Um relatório como esse ofende a todos os cidadãos de bem do nosso país. Um relatório como esse tem na sua vertente principal o obscurantismo, o reacionarismo, tem na sua vertente principal a vontade daqueles que pensam que é possível eliminarmos 60% da nossa população, como se fizéssemos com isso uma limpeza étnica e talvez uma solução à moda Bósnia; uma solução à moda Uganda; uma solução como já fizeram com os nossos índios; com os quilombos; como fizeram com outros setores desapropriados e excluídos da nossa população.

Por isso, a nossa manifestação hoje, não apenas de indignação, mas principalmente a manifestação, absolutamente contrária daqueles que entendem que não podemos ser irresponsáveis a ponto de um relatório como esse ser votado da forma como foi. E mais ainda, pessoas que propuseram que votaram nesse relatório, terem sido beneficiados por bancos oficiais, por manobras do Congresso, por manobras feitas com organismos oficiais; dívidas que jamais foram pagas. Para esses, o beneplácito; e para aqueles que precisam de justiça, querem apenas a lei.

O Sr. Padre Paulo Campos (PT)

Deputado Tadeu Veneri, quero parabenizá-lo pelo seu discurso, ser solidário com o senhor, e dizer que, de fato, quando diante da televisão, ouvi o Deputado Lupion apresentando esse relatório, foi uma indignação para nós todos, homens e mulheres de boa-vontade do Paraná e do Brasil, ouvir as palavras do Deputado chamando de criminosos aqueles que, de fato, trabalham pelo bem deste país.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PSDB, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou com um requerimento quase que inédito, porque dos parlamentares que hoje estão em plenário, só não conseguimos a assinatura de apenas dois. Todos os líderes de partidos subscrevem este requerimento e eu gostaria de fazer a leitura porque seria uma grande contribuição.

Eu, por poucas vezes, subi à tribuna para tecer elogios ao Governador Requião, mas já tenho um compromisso de subir a esta tribuna, Deputado Luiz Carlos Martins, se o Governador sancionar na íntegra o Projeto do Tribunal de Contas. Subirei a esta tribuna, reconhecerei a atitude corajosa do Governador.

Por isso, espero a sanção do projeto porque, certamente, se fosse outro Governador não teria essa coragem. Estou ainda no aguardo, mas tenho a informação do Líder do PMDB e do Líder do Governo, que o Governador vai sancionar o projeto feito aqui, depois de trinta anos. Se for sancionado, subirei a esta tribuna, como Líder da Oposição e farei elogios porque tenho as minhas dúvidas se outro Governador teria coragem de sancionar, na íntegra, o projeto elaborado pelos Srs. Parlamentares.

Deputada Elza, estou aqui há treze, quatorze anos, desculpe se eu errar apenas por um ano, mas desde o primeiro dia aqui eu vi a determinação e a vontade dos Srs. Parlamentares em aprovar um Regimento Interno do Tribunal de Contas. Agora foi amplamente discutido, elaborado pelos Srs. Parlamentares, aceitas as sugestões do próprio Tribunal de Contas e aprovado. Se for sancionado pelo Governador, Deputada Elza, V. Exa. verá o Deputado Rossoni fazer os elogios que devo fazer pela atitude corajosa, não só dos Deputados, do Presidente desta Casa, mas também do Governador.

Agora, trago um novo desafio ao Governador Roberto Requião.

A vida do político, do homem público, Deputado Bradock, é cheia de desafios; acho que depois que o Canal 21 não transmitiu mais as sessões desta Casa, ela perdeu um pouco de vida, porque a forma de a população

acompanhar o trabalho do seu Parlamentar, do Parlamentar que ele votou, é acompanhar aqui no plenário. Não é justo! Não é justo, Deputado Dobrandino, V. Exa. que é Líder do Governo, que está todos os dias aqui, religiosamente defendendo os interesses do Governo, colocando as suas posições, não é justo o Deputado Rossoni, como Líder da Oposição, como outros Parlamentares, terem um tratamento da população, igual àqueles que nunca aparecem aqui!

Por esta razão, quero agradecer a todos os Parlamentares que subscreveram este requerimento. Deputados do PT, do PMDB, do PFL, do PPS do PDT, do PSDB, do PTB enfim, todos os Parlamentares que estão nesta Sessão, subscreveram este requerimento que daria certamente, uma grande contribuição a este Parlamento. Nós sabemos que está em andamento o processo licitatório da TV Assembléia. Tenho sido um crítico dessa questão porque a TV Assembléia já deveria estar instalada; estamos perdendo para todos os estados do Sul. O Rio Grande do Sul já tem a TV Assembléia, Santa Catarina também, e o Paraná, que sempre está na frente em tudo, ainda não tem. Por esta razão, não aceito que estejamos atrás.

Acredito que o Governador poderia dar uma grande contribuição para esta Casa, para os Parlamentares e para a própria população paranaense. Por exemplo: hoje, vamos discutir e votar o aumento dos servidores da Justiça. Seria muito bom que o eleitor lá de Ponta Grossa acompanhasse o pronunciamento e o posicionamento dos Deputados de sua região. Porque se todos são tratados iguais, parece que são iguais mas, não são iguais, não! Aqui tem “Deputados e Deputados”, desculpem-me a falta de modéstia mas a grande verdade que Deputados que usam a tribuna, que debatem projeto por projeto, emenda por emenda, às vezes é claro que temos dificuldades do debate, mas sempre cada um defendendo a sua posição. E outros que nunca aparecem, nunca votam, nunca estão aqui, e que parece que são Deputados. Por esta razão estou encaminhando, com apoio de todos os Parlamentares que estão aqui nesta Casa, um requerimento.

(Lê):

REQUERIMENTO Nº 3820

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Governador do Estado, Sr. Roberto Requião e ao Diretor-Presidente da RTVE, Sr. Marcos Antônio Batista, disponibilizem a emissora pública do Estado do Paraná para transmitir ao vivo as sessões plenárias desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 30.11.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio:

Luciana Rafagnin, Plauto Miró Guimarães, Pedro Ivo Ilkiv, Delegado Bradock, Elton Carlos Welter,

José Domingos Scarpellini, Antonio Anibelli, Carlos Simões, Tadeu Veneri, André Vargas, Luiz Nishimori, Luiz Carlos Martins, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Miltinho Pupio, Mauro Moraes, Reni Pereira, Elio Rusch, Ratinho Júnior, Ângelo Vanhoni, Jocelito Canto, Rafael Greca, Alexandre Curi, Nelson Garcia, Durval Amaral, Augustinho Zucchi, Elza Correia, Marcos Isfer, Barbosa Neto, Ailton Araújo, Padre Paulo Campos, Hermas Brandão, Duílio Genari e Nelson Justus.

JUSTIFICATIVA:

A presente sugestão é compatível com o espírito democrático que norteia a administração estadual.

Como forma de exercício da cidadania, seria importante que os telespectadores pudessem acompanhar ao vivo também as Sessões da Assembléia Legislativa, para terem idéia do trabalho dos Parlamentares, bem como da atuação de cada um deles nas votações que ajudam a definir os destinos de toda a população paranaense, verdadeira proprietária da RTVE.

Requerimento subscrito por 90% dos Srs. Parlamentares que estão na Casa. Quero dizer que, acatado este requerimento subscrito por todas as lideranças, subscrito por todos os partidos políticos, virei a este tribuna elogiar o Governador Requião pela segunda vez.

Por esta razão...

O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB) (Aparte)

Obrigado Deputado Rossoni. Quero me manifestar favorável ao seu pronunciamento. Talvez seria uma forma de a população cobrar da Assembléia Legislativa, do seu representante, através da TV. Esse aspecto é muito importante, porque algumas pessoas nos perguntam: “o Deputado que falta recebe igual?” E eu digo: recebe muito mais, porque ele não gasta nada, alguns vêm aqui só quando sai o pagamento. Dói falar isso, porque são colegas, mas é imoral! Graças a Deus, tenho saúde e todas as Sessões estou aqui brigando pelos interesses do Paraná. E muitos que aqui não vêm, na verdade, são os grandes beneficiados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Obrigado pelo aparte. Tenho um minuto.

De forma nenhuma queremos fazer críticas pessoais, mas tem que ser constatada essa questão, bem posta pelo Líder do Governo e certamente seria posta pelo Deputado Jocelito, de que nem todos são iguais, aqui. Há “deputados e deputados...” Há aqueles que estão aqui cumprindo a sua função. E neste momento em que o Legislativo brasileiro está em julgamento, seria muito importante que o Governador atendesse esse nosso apelo para que pudéssemos mostrar aos paranaenses quem são os verdadeiros Deputados nesta Casa.

Muito obrigado pelo apoio que recebi.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Liderança do PMDB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Rafael Greca.

Liderança do PMDB: Deputado Rafael Greca

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Nas ruas de Curitiba não se fala de outra coisa: a bengalada que o aposentado curitibano deu na cabeça do ex-Ministro José Dirceu. Temos que condenar a violência física dentro dos Parlamentos, mas não podemos deixar de prestar atenção para o poder da indignação popular.

Esse senhor aposentado, escritor curitibano, que eu conheço, disse aos jornais que não ia fazer nada, mas quando viu o ex-ministro não agüentou e manifestou a sua indignação. Sobre isso o Governador Requião obteve uma vitória diante do Governo Federal. Ao final da tarde a Ministra Dilma Youssef comunicou a S. Exa. o Governador, que o Governo Federal volta atrás na sua decisão por portaria de não pagar mais obrigações devidas ao Estado do Paraná enquanto o Governo do Paraná não descontasse a taxa de previdência dos aposentados do Paraná. O Governador, que nem sempre pode atender aos legítimos anseios dos aposentados que estão com o quadro congelado e há um manifesto circulando na Casa sobre isso, não podia aceitar a iniquidade de ser obrigado por Portaria Ministerial e penalizar os aposentados do Paraná. Pelo menos alguém, no quadro político brasileiro, escapa da “bengalada”. Com certeza, é o Governador Roberto Requião.

Uma outra coisa eu tenho a dizer à Casa. Quero agradecer aos dezoito Deputados que apoiaram a minha Emenda Constitucional, propondo a prioridade para os idosos, no pagamento dos precatórios alimentícios e precatórios em geral, na forma do regulamento que a lei propõe. Isso, com certeza, qualifica a nossa Assembléia como espaço humanitário e melhora essa visão de um Estado perverso, que devora como Saturno, na imagem antiga da mitologia; os seus filhos.

Por último, a comunicação à Casa de que o Governador me contou que vai vetar o artigo do Código do Judiciário que diz que os desembargadores só poderão ser eleitos à Presidência do Tribunal de Justiça entre os mais antigos. Essa gerontocracia “à paranaense”, que faz o Tribunal de Justiça do Paraná parecer a antiga Esparta, que só permitia o poder aos velhos, veio embutida no projeto do Código Judiciário. E a Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia não viu essa flagrante inconstitucionalidade. Há 52 desembargadores que vieram do Tribunal de Alçada e que não são antigos. Seriam desembargadores de segunda categoria? Não podem sentar na cadeira do Presidente Tadeu Marino Loyola? Há desembargador de primeira e desembargador de segunda? Se Deus quiser, não! Se Deus quiser, a Assembléia mantém o veto do Governador, porque essa coisa de primeira e de segunda, só me irrita, ainda mais na perspectiva de meu adorador Curitiba ir para a 2ª Divisão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Horário da Liderança da Oposição, concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Deputado Plauto, permita-me só para um esclarecimento. Quero parabenizar o Deputado Rafael Greca que trouxe uma belíssima notícia nesta tarde, o respeito do telefonema da Ministra Dilma para o Governador Requião. Agora, sim, o Paraná poderá receber um dinheiro que já está carimbado, do INSS, em torno de uns duzentos milhões de reais.

É uma boa notícia.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (**Pela Ordem**)

Eu só quero agradecer ao Deputado Luiz Carlos Martins e a liberalidade da Mesa, dizendo que temos que celebrar isso, porque se o Paraná não tem que descontar dos aposentados em termos de cálculo atuarial, não tinha por que fazê-lo descontar.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Peço a sua compreensão, Deputado Rafael Greca. Não cabe Pela Ordem.

A palavra está assegurada ao Deputado Plauto Miró.

Liderança da Oposição: Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Vimos ontem, no Congresso Nacional, o término de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou, nos últimos meses, no nosso Brasil, as ações desenvolvidas pelo Movimento Sem-Terra, aonde haviam denúncias de propriedades particulares, produtivas, estarem sendo invadidas por integrantes do Movimento Sem-Terra, ao mesmo tempo em que o dinheiro público, repassado às entidades ligadas do MST, estava sendo desviado pelos seus dirigentes. Essa CPI começou, e como Presidente, foi indicado o Senador Álvaro Dias e como relator, o Deputado João Alfredo. Antigamente era do Partido dos Trabalhadores e ingressou no PSOL e o João Alfredo, Deputado Federal muito ligado ao Movimento Sem-Terra, e na linha de ação desse movimento, fez ali um trabalho organizado para poder elaborar um relatório protegendo as ações do Movimento Sem-Terra, e na linha de ação desse movimento, fez ali um trabalho organizado para poder elaborar um relatório protegendo as ações do Movimento Sem-Terra.

A Comissão era constituída uma parte por representantes da Base Aliada do Governo, outra parte por Deputados que compõem a Base de Oposição ao Governo. Mas, no momento de votar esse relatório, vimos apresentado pelo Deputado João Alfredo, um relatório que dava proteção geral aos integrantes do Move-

mento Sem-Terra. Ao mesmo tempo tentava indiciar um produtor rural do nosso país, um proprietário rural, que ocupou a Presidência da União Democrática Ruralista.

Indignados, depois de avaliar o texto desse relatório, os parlamentares equilibrados daquela Comissão resolveram por bem elaborar um outro relatório, por não concordar com aquilo que trazia o relatório do Deputado do PSOL. Apresentaram, elaboraram e foi assinado pelo Deputado Abelardo Lupion, que fez um voto em separado e apresentou um novo relatório, para que esse relatório pudesse ser colocado em votação.

O que aconteceu? Aquele relatório do PSOL, que foi apresentado pelo Deputado João Alfredo, perdeu, na hora da sua votação por treze votos a sete.

Com isso acabou esse relatório por doze votos a um.

Quero aqui, para todos ficarem sabendo o que diz de importante esse relatório apresentado pelo Deputado Lupion, ler algumas partes que estão no bojo desse relatório. (**Lê**):

“Relatório Paralelo

Veja as principais conclusões e recomendações do texto aprovado pela CPI da Terra:

RECOMENDAÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Banco da Terra

- Recomenda a reestruturação para fortalecer o Banco da terra - que realiza o financiamento para que os trabalhadores rurais comprem a terra.

Terras públicas

- Agilizar a destinação, para a reforma agrária, das terras da União já arrecadadas.

- Determinar à Presidência do Incra que constitua força-tarefa com o objetivo de promover a regularização fundiária do Estado do Amapá.

- Combate à violência no campo. Determinar ao Ministério da Justiça que garanta a integridade física de todas as pessoas ameaçadas de morte em decorrência de conflitos por terra, sejam fazendeiros ou trabalhadores rurais.

Incra, Ibama, Funai e Polícia Federal

- Demarcar as terras da Marinha em toda a zona costeira brasileira.

- Recomendar à Polícia Federal e à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que investigue ou retome as investigações sobre as denúncias de treinamento de guerrilha e de interferência das Farc ou de colombianos de uma forma geral em centros de treinamento do MST.

Ouvidorias agrárias

- Criação de Ouvidorias Agrárias Federais nos estados da federação, dotadas de orçamento e estrutura, a fim de maximizar o trabalho de prevenção extrajudicial e descentralizada dos conflitos no campo.

Recomendações ao Ministério Público

- Indiciamento dos responsáveis por desvios de verbas públicas e prestação de contas fraudulentas em convênios firmados entre a União e os braços jurídicos do MST: José Trevisol (ex-dirigente da Anca - Associa-

ção Nacional de Cooperação Agrícola), Pedro Christóffoli (dirigente da Anca) Francisco Dal Chiavon (dirigente da Concrab - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

Recomendações Legislativas

- Sugere um projeto de lei que transforme em crime hediondo o saque ou invasão de propriedade privada e enquadre ocupação de terra como ato terrorista.

Recomendações ao Tribunal de Contas

- Determina que o TCU fiscalize, anualmente, os convênios com organizações não governamentais, especialmente aquelas ligadas à reforma agrária e envie relatório consolidado à Comissão Mista de Orçamento de Finanças ao Congresso Nacional.”

Essa CPI desenvolveu o trabalho que de início começou com as denúncias de desvio de dinheiro público que era repassado às entidades ligadas ao Movimento Sem-Terra. Em especial as cooperativas. As denúncias eram de que elas e os seus dirigentes cobravam um percentual do dinheiro que era liberado - dinheiro público - aos integrantes assentados no território nacional, através do processo de reforma Agrária dirigida pelo Incra.

Está aí, na minha avaliação, o que aconteceu. O Ministério Público que leve à frente as denúncias de desvio de dinheiro público que o Movimento Sem-Terra está fazendo nas suas ações em todo o território nacional. Aprovado o relatório, tenho certeza que trará bons momentos nesse processo democrático do nosso país, em especial na Reforma Agrária.

Obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 47 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, encaminhando atestado médico para justificar suas faltas nesta Casa no período de 22 a 28 de novembro por motivo de doença. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3802, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando antecipação e diminuição de interstício da Sessão Ordinária do dia 01 de dezembro (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 411/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, estabelecendo normas de controle ambiental e regulamentando a operação de postos de combustíveis, em área urbana, do território paranaense. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 411/2005
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º A localização, construção, instalação, modificação, ampliação e operação de postos revendedores, postos distribuidores, postos de abastecimento e instalações de sistemas retalhistas, em áreas urbanas, dependerão da prévia anuência do município em relação ao zoneamento e lei municipais vigentes e após deverão ter o licenciamento prévio do órgão ambiental estadual, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

§ 1º Todos os projetos de construção, modificação e ampliação dos empreendimentos previstos neste artigo deverão, obrigatoriamente, ser realizados, segundo normas técnicas expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e, por diretrizes estabelecidas nesta resolução ou pelo órgão ambiental competente.

§ 2º No caso de desativação, os estabelecimentos ficam obrigados a apresentar um plano de encerramento de atividades a ser aprovado pelo órgão ambiental competente.

§ 3º Qualquer alteração na titularidade dos empreendimentos citados no *caput* deste artigo, ou em seus equipamentos e sistemas, deverá ser comunicada ao

órgão ambiental competente, com vistas à atualização desta informação, na licença ambiental.

§ 4º Para efeitos desta lei, também devem obter o licenciamento as instalações aéreas independentemente da capacidade total de armazenagem, inclusive as destinadas exclusivamente ao abastecimento do detentor das instalações, devendo ser construídas de acordo com as normas técnicas brasileiras em vigor, ou na ausência delas, normas internacionais aceitas.

Art. 2º Para efeito desta lei são adotadas as seguintes definições:

I - Posto Revendedor - PR: instalações onde se exerça a atividade de revenda varejista de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool, combustíveis automotivos, dispondo de equipamentos e sistemas para armazenamento de combustíveis automotivos e equipamentos medidores.

II - Posto de Abastecimento - PA: instalação que possua equipamentos e sistemas para o armazenamento de combustíveis automotivos, com registrador de volume apropriado para o abastecimento de equipamentos móveis, veículos automotores terrestres, aeronaves, embarcações ou locomotivas; e cujos produtos sejam destinados exclusivamente ao uso do detentor das instalações ou de grupos fechados de pessoas físicas ou jurídicas, previamente identificadas e associados em forma de empresas, cooperativas, condomínios, clubes ou assemelhados.

III - Instalação de Sistema Retalhista - ISR: instalação com sistema de tanques para o armazenamento de combustíveis, destinada ao exercício da atividade de Transportador Revendedor Retalhista.

IV - Posto Flutuante - PF: toda embarcação sem propulsão empregada para o armazenamento, distribuição e comércio de combustíveis que opera em local fixo e determinado.

Art. 3º Os tanques, conexões, tubulações e demais dispositivos utilizados para a armazenagem subterrânea de combustíveis líquidos atenderão às disposições da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Art. 4º Os tanques aéreos ou subterrâneos, por armazenar produtos altamente inflamáveis, no perímetro urbano, deverão atender à norma da ABNT, em que se exige, entre outros, Monitoramento Intersticial.

Art. 5º Em caso de constatação de vazamento de combustível, será obrigatório a imediata comunicação do fato ao órgão ambiental estadual, bem como atender a todas as exigências estabelecidas pelos órgãos ambientais federais e estaduais, em especial no tocante ao passivo ambiental.

Parágrafo Único. Quando verificada a impossibilidade de remoção do tanque com vazamento, o mesmo deverá ser isolado após a desativação e ser removido todo

combustível e gases de seu interior, providenciando-se ainda, o seu completo preenchimento com areia ou outro material assemelhado e também o fechamento de todas as entradas e saídas de ar, inspeção e combustíveis.

Art. 6º O órgão ambiental estadual manterá cadastro atualizado referente às condições ambientais dos estabelecimentos de comércio e/ou armazenamento de combustíveis, inclusive com tanques aéreos.

Art. 7º Independentemente das sanções civis e criminais pertinentes, o descumprimento de disposição desta lei acarretará a aplicação sucessiva das penalidades previstas na legislação estadual em vigor.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

2ª Discussão

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 528/2005, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autorizando o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Santa Mariana, de imóvel pertencente ao Estado, situado no perímetro urbano do município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/2005, de autoria do Deputado Alexandre Curi, alterando o artigo 2º, da Lei nº 13.867, de 08 de novembro de 2002, que autorizou o Poder Executivo a reverter imóvel ao município de Icaíraíma. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 630/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/2005, autorizando o mesmo doar parte do imóvel de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, ao município de São Mateus do Sul. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a Emenda da CCJ.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispondo sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à propositura e à exploração sexual da

criança ou do adolescente e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDDMCA. COM EMENDA DA CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14.03.2005, em Projetos de Lei, pág. 15).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 099/2005

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês que dispõe sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente e dá outras providências.

Com referência expressa ao Estatuto da Criança e do Adolescente, a proposição visa coibir as práticas delituosas mencionadas, em especial à exploração sexual da criança e do adolescente, fixando inclusive multa administrativa, que deverá reverter ao Fundo para a Infância e Adolescência - FIA.

A justificativa da proposição demonstra com dados a gravidade deste verdadeiro mercado ilegal que atinge principalmente mulheres e meninas negras e mestiças, com idade de 15 a 27 anos de idade, inclusive com tráfico de mulheres, adolescentes e crianças, até com rotas internacionais.

Embora a tipificação e a fixação de penas no Estatuto da Criança e do Adolescente seja um enorme avanço na legislação pátria, o problema da exploração sexual está mais ligado à desigualdade social. Assim, o objetivo do presente projeto de lei é, através da divulgação da norma coatora, contribuir de alguma maneira, informando todo o cidadão a pena que está sujeito caso pratique esta violência contra um menor. Ainda não é suficiente a cultura popular de que existem leis severas que protegem a criança e o adolescentes desses crimes. E a divulgação ora proposta pode contribuir para tanto.

Voto e Fundamentação

Não vislumbramos nenhum óbice para a admissibilidade da proposição, cujo mérito é indiscutível.

O único reparo quanto à forma, no nosso entendimento é no sentido de suprimir o artigo 7º, o qual impõe prazo (noventa dias) ao Poder Executivo regulamentar a futura lei ora proposta, o que importa em impropriedade, vez que não cabe a um Poder impor obrigações a outro. Basta, para tanto, suprimir o termo “no prazo de 90 dias a contar da data de sua publicação”.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 099/2005, com a emenda supressiva ora proposta.

Sala das Comissões, 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 099/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 099/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente e dá outras providências.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Este relator, em parecer anterior, havia devolvido o projeto à autora para que fossem saneadas as falhas apontadas, a fim de que o projeto pudesse receber parecer favorável desta dought Comissão.

A autora do projeto procedeu às retificações necessárias através da apresentação de emenda modificativa, a qual requeremos seja anexada ao projeto de lei.

Fundamentação

A emenda modificativa apresentada pela autora do projeto, determina que o Poder Executivo inclua as despesas decorrentes da execução da lei, na Lei Orçamentária do próximo exercício, bem como, determinou que a vigência da lei deva ocorrer a partir de 01 de janeiro de 2006.

Desta forma, o impedimento que existia anteriormente, que era a impossibilidade de se exigir do Estado o cumprimento da lei face o Orçamento de 2005 foi suprida, não havendo obstáculos para sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma da emenda modificativa apresentada pela Deputada autora do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 099/2005

Modifique-se os artigos 7º e 8º e adite-se o artigo 9º ao presente projeto na forma que se segue:

“Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias a contar de sua entrada em vigor.

Art. 8º O Poder Executivo deverá promover a inclusão da rubrica referente às despesas decorrentes da execução da presente lei na Lei Orçamentária do próximo exercício.”

Art. 9º Esta lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2006.

Sala das Comissões, em 29.06.2005.
(a) ARLETE CARAMÊS

Apoioamento:

Elio Rusch e Padre Paulo Campos.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda se faz necessária a fim de que haja tempo hábil para inclusão no orçamento estadual de 2006 das despesas para a execução da presente lei, bem como a fim de possibilitar o estudo do impacto financeiro decorrente da entrada em vigor da mesma.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 099/2005

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 099/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente e dá outras providências.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Fundamentação

O projeto apresenta óbice de natureza legal.

Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, a criação de despesa continuada para o Estado necessita de estudo de impacto orçamentário, bem como, deve haver indicação dos recursos para seu custeio, conforme artigos 15, 16 e 17; parágrafo 1º:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarreta aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do artigo 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Com efeito, não havendo estimativa do impacto orçamentário-financeiro e demonstração da origem dos recursos para o custeio do presente projeto, o mesmo não pode dar prosseguimento por estar em desacordo com o disposto na Lei Complementar 101/2000.

Conclusão

Pelo exposto, opino desfavoravelmente, na forma que se encontra. Solicito que seja devolvido à autora para, em desejando, oferecer as correções apontadas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.06.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Ofício nº 07/2005-CF

Curitiba, 08 de junho de 2005.

Exma. Sra. Deputada:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças desta Casa de Leis, venho à presença de V. Exa., no sentido de comunicar que se encontra nesta Comissão o Projeto de Lei nº 099/2005, de sua autoria, que dispõe sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente e dá outras providências.

Outrossim, informo que o relator da matéria, Deputado José Maria Ferreira, exarou parecer no sentido de encaminhar o projeto junto ao seu autor, para, em desejando, efetuar as devidas correções.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente a sua colaboração e reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e alta consideração.

(a) ELIO RUSCH

Presidente da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 099/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Arlete Caramês, dispõe sobre a divulgação, nos locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente e dá outras providências.

Fundamentação

Não vislumbramos nenhum óbice para a admissibilidade da proposição, cujo mérito é indiscutível.

Os possíveis impedimentos para a tramitação do mesmo já foram apontados e modificados pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Conclusão

Sendo assim, por parte desta Comissão, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 099/2005.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DELEGADO BRADOCK - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES,
CRIANÇAS E ADOLESCENTES
PROJETO DE LEI Nº 099/2005

P A R E C E R :

Relatório

Trata-se de projeto de lei de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a divulgação, nos

locais que especifica, dos crimes e das penas relativas à prostituição e à exploração sexual da criança ou do adolescente, e adota outras providências. De acordo com o presente projeto, é obrigada a afixação de letreiro que explicita os crimes e as penas decorrentes da prática de prostituição ou exploração sexual da criança ou do adolescente, em bares, restaurantes, hotéis, motéis, pousadas, postos de gasolina, rodoviárias e aeroportos.

Fundamentação

A matéria já foi apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável, opinando pela regular tramitação do presente projeto de lei.

Quanto ao mérito do presente projeto de lei, não há como deixar de reconhecer a importância da matéria tratada, considerando os dados da Associação Brasileira de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia) que revelam que a cada hora, sete crianças ou adolescentes sofrem algum tipo de abuso sexual no país.

Conclusão

Isto posto, apresentamos parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 099/2005.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
ELZA CORREIA - Relatora

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, obrigando a adoção de medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem, a troca ou rapto de recém-nascidos nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná, que possibilitem a posterior identificação através de exame de DNA, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDDMCA. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 112/2005. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/2005, de 14/03/2005, em Projetos de Lei, pag. 17)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEI NºS 100/2005 E 112/2005

P A R E C E R :

Relatório

Os presentes projetos de lei, de autoria dos Exmos. Deputados Artagão Júnior e Arlete Caramês, dispõem sobre a obrigatoriedade de adoção de medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca ou rapto de recém-nascidos nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná, que possibilitem a posterior identificação através de exame de DNA, e dá outras providências.

Fundamentação

É do conhecimento de todos a freqüente onda de rapto de bebês em hospitais e maternidades públicas e privadas em nosso país.

A proposição em tela é voltada à adoção de medidas de segurança no sentido de coibir e evitar o rapto e a troca de bebês e crianças em hospitais e maternidades do nosso Estado e via de consequência, do nosso país.

Com tal medida busca-se, de forma preventiva, impedir a atuação de raptos, trazendo assim maior segurança aos hospitais, maternidades, aos bebês e seus familiares.

Conclusão

Diante do acima exposto, somos favorável aos projetos de lei na forma em que foram apresentados, viabilizando-se sua tramitação.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
BARBOSA NETO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETOS DE LEI NºS 100/2005 E 112/2005

P A R E C E R :

Relatório

Os presentes projetos de lei de iniciativa dos Deputados Arlete Caramês e Artagão Júnior dispõem sobre a obrigatoriedade de adoção de medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca ou rapto de recém-nascidos nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná, que possibilitem a posterior identificação através de exame de DNA, e dá outras providências.

A finalidade desta medida é voltada a adotar medidas de segurança para coibir e evitar o rapto e troca de bebês e crianças em hospitais e maternidades do Estado do Paraná.

Voto de Relator e Fundamentação

O objetivo deste projeto de lei é adotar medidas de segurança para evitar a indústria de raptos de crianças e bebês no Estado do Paraná e, por conseguinte em nosso país.

A proposta dos nobres Deputados Arlete Caramês e Artagão Júnior, sem dúvida irá obrigar os hospitais, casas de saúde e maternidades públicas ou privadas, a adotarem medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca de recém-nascidos em dependências, bem como permitam a identificação posterior, através de exame de DNA comparativo em casos de dúvidas.

Conclusão

Pelo exposto, opino de parecer favorável aos Projetos de Lei nºs 100/2005 e 112/2005, de iniciativa dos Deputados Arlete Caramês e Artagão Júnior, no que se refere à Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 04.05.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETOS DE LEI NºS 100/2005 E 112/2005

P A R E C E R :

Dos Fatos e da Fundamentação

Os presentes projetos de autoria dos Deputados Artagão Júnior e Arlete Caramês, têm como escopo a adoção de medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca ou rapto de recém-nascidos nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná, que possibilitem a posterior identificação através do exame de DNA, e ainda, obrigar a instalação de câmeras filmadoras nos hospitais e maternidades no Estado do Paraná, respectivamente.

Do Parecer

Preliminarmente deve-se ressaltar que a função de promoção da Saúde e Assistência Social é de competência comum dos três entes federativos, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 23, inciso II.

Os projetos ora em análise visam a melhoria das condições de segurança nos estabelecimentos de saúde, prevenindo a retirada ilegal de recém-nascidos destes estabelecimentos, fato que pode trazer inúmeras seqüelas psicológicas, morais e de saúde aos familiares e às crianças, muitas vezes de origem humilde e sem recursos, sendo portanto, dever do Estado zelar para que tais acontecimentos sejam impedidos ou que possam ser reparados posteriormente da maneira mais rápida e segura para os envolvidos de forma a minimizar os efeitos causados por tão grave delito.

Isto posto, somos favoráveis à regular tramitação das propostas.

Sala das Comissões, em 10.11.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA
MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PROJETOS DE LEI NºS 100/2005 E 112/2005

P A R E C E R :

Os planos de lei, de autoria do Deputado Artagão Júnior e Deputada Arlete Caramês, têm, respectivamente, por objetivo, obrigar a adoção de medidas de segurança que evitem, impeçam ou dificultem a troca ou rapto de recém-nascidos nas dependências de hospitais públicos ou privados, casas de saúde e maternidade, no âmbito do Estado do Paraná, que possibilitem a posterior identificação através de exame DNA, e dá outras providências; e dispor sobre a obrigatoriedade de instalação de câmeras filmadoras nos hospitais e maternidades do Estado do Paraná.

Tais proposições já foram analisadas pelas duntas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Saúde Pública que exararam parecer favorável. Esta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Criança e do Ado-

lescente chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 15, do artigo 33 do Regimento Interno, verificou que o projeto em questão objetiva a prevenção da atuação dos raptadores, auxílio à polícia, trazendo maior segurança à nossa comunidade.

Pelo exposto, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.11.2005.

(aa) CIDA BORGHETTI - Presidente
LUIZ ACCORSI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 329/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, dispondo sobre as atividades das empresas de asseio e conservação no Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. (Publ. no DA nº 051/2005, de 31.05.2005, em Projetos de Lei, pág. 09).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 329/2005

P A R E C E R :

O presente projeto visa a regulamentar as atividades das empresas de asseio e conservação no Estado do Paraná.

O projeto ora analisado encontra vício no que diz respeito à legalidade e constitucionalidade.

Opina-se pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 10.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
IMPUGNAÇÃO CONTRA O ARQUIVAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 329/2005

Insurge-se o postulante contra o parecer, aprovado pelos membros da Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu ser inconstitucional o Projeto de Lei nº 329/2005, de sua autoria.

De acordo com o que determina o Regimento Interno desta Casa, em seu artigo 32, parágrafo 2º, alínea a:

sempre que a Comissão de Constituição e Justiça em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembléia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

Conforme se depreende da leitura do supra citado artigo do Regimento Interno desta Assembléia, a impug-

nação do autor a esta Comissão Permanente deve ser protocolada no prazo máximo de quinze dias, a contar da publicação do parecer.

O parecer contrário, de relatoria do Deputado Nelson Justus, aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça no dia 09 de agosto de 2005 não foi, até a presente data, publicado no Diário da Assembléia.

O recurso ora em análise foi protocolado junto à Comissão de Constituição e Justiça, no dia 10 de agosto de 2005, ou seja, dentro do prazo recursal, eis que este passa a contar do dia em que foi prolatado o parecer, estendendo-se até o décimo quinto dia após a publicação da Ata da reunião no Diário Oficial da Assembléia Legislativa.

Portanto, deve ser conhecido.

Desta forma, agindo de acordo com o que determina o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, conheço do recurso e lhe dou provimento no sentido de determinar que seja o Projeto de Lei nº 329/2005, incluído na pauta para nova deliberação.

Determino ainda, a nomeação de novo relator.

Publique-se.

Sala das Comissões, em 15.08.2005.

(a) DURVAL AMARAL

À Comissão de Constituição e Justiça

Exmo. Sr. Presidente

Deputado Durval Amaral

Ref.: Projeto de Lei Nº 329/2005

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições parlamentares, especificamente fulcrado no artigo 32, parágrafo 2º do Regimento Interno desta Casa, impugna o parecer emitido por essa egrégia Comissão, o qual fora relatado pelo Exmo. Sr. Deputado Estadual Nelson Justus.

Isso porque se trata de matéria cuja proposição é de competência legislativa concorrente entre a União e os estados, nos termos do artigo 24, V, da Constituição Federal.

Ademais, trata-se de projeto que visa atualização legislativa do Estado do Paraná, de relevante interesse público, seguindo o caminho já adotado por outros estados, dentre os quais cite-se Minas Gerais (Lei nº 14.200/2002), onde a lei que trata do assunto já se encontra em vigor sem qualquer questionamento constitucional.

Sendo assim, requer-se seja dado o trâmite regimental à presente impugnação, por fim concluindo pela constitucionalidade do projeto de lei epigrafo.

Curitiba, 10 de agosto de 2005.

(a) NEREU MOURA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 329/2005

Preâmbulo

O presente projeto visa regulamentar as atividades das empresas de asseio e conservação do Estado do Paraná.

Fundamentação

Diz o artigo 24 da Constituição Federal, o qual trata da competência legislativa dos entes da Federação, em seu inciso V:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

V - produção e consumo;

E, ainda, disciplina em seu parágrafo 3º:

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às suas peculiaridades.

Nesse caso, portanto, como inexistente lei federal que trate de matéria apresentada pelo projeto, o Estado se torna competente para legislar sobre a mesma. Assim, o projeto atende ao fim a que se destina.

Além disso, o artigo 25, parágrafo 1º, da mesma Constituição Federal determina:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhe sejam vedadas.

Não há qualquer outra disposição constitucional que vede a elaboração de leis que regulem especificamente um tipo de atividade econômica, no caso, o das empresas de asseio e conservação no Paraná.

Cabe ressaltar, também, que outros estados já utilizaram normas legais para regulamentar tal atividade, como é o exemplo de Minas Gerais, com a Lei Estadual nº 14200/2002.

Com relação à técnica legislativa, o projeto preenche os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redução, a alteração e a consolidação das leis.

Dessa forma, opina-se pela aprovação do projeto em razão de sua constitucionalidade e legalidade.

Sala das Comissões, em 30.08.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, TURISMO E MERCOSUL PROJETO DE LEI Nº 329/2005

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo dispor sobre as atividades das empresas de asseio e conservação no Paraná.

Após receber parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, com relação à legalidade, esta Comissão é chamada a se manifestar com relação ao mérito.

Essa iniciativa vem instituir regras claras para o exercício de um ramo de atividades que tem apresentado constante crescimento nos últimos tempos, estimulando o aparecimento de empresas desqualificadas e oportunistas.

Visando regulamentar a atuação das empresas de asseio e conservação, e por possibilitar a utilização de serviços com segurança e qualidade à sociedade, exaramos parecer favorável à matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3821, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 329/2005.

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/2005, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1975 GAB., alterando o artigo 2º, II, parágrafo 1º, e o artigo 3º, II, da Lei nº 13.665 de 04 de julho de 2002, e reajusta a tabela de gratificação de função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado por unanimidade.** (Publ. no DA nº 122/2005, de 07.11.2005, em Ofícios, pag. 03).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 687/2005

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei de autoria do Ministério Público tem como fim a alteração do artigo 2º, II, parágrafo 1 e o artigo 3º, II, da Lei nº 13.665/2002. Esta alteração visa reajustar a Tabela de Gratificação de Função, os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e adota outras providências.

Fundamentação

O projeto de lei em questão tem como autoria o Ministério Público, na pessoa do Procurador Geral de Justiça. A iniciativa para a criação de leis complementares e ordinárias está embasada na Constituição do Estado. Podemos verificar sobre o assunto no artigo 65 da Carta:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na reforma e nos casos previstos nesta Constituição.

Diante do exposto, verificamos que o projeto em questão encontra respaldo constitucional. Porém, devemos verificar o impacto financeiro decorrente do reajuste proposto. Sobre tal objetivo podemos verificar o artigo 20 da Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 20. A repartição dos limites globais do artigo 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

II - na esfera estadual;

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados;

Tendo em vista a apresentação no projeto em questão do Cálculo da Receita Líquida Global, que não ultrapassa o percentual estipulado de 2%, verificamos que o mesmo atende ao artigo da Lei Complementar nº 101/2000.

Conclusão

Dentro desse paradigma, verifica-se que a iniciativa para instituir tal proposição pode ser do Procurador Geral da Justiça, o que torna o projeto constitucional.

Quanto à técnica legislativa, verifica-se que não foi observada a disposição pertinente ao artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, o que determina que “a cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas”. Assim, torna-se incorreto o uso de cláusula revogatória sem a enumeração expressa das leis ou disposições revogadas, como a constante no artigo 6º do projeto de lei em análise.

Assim, sugerimos a elaboração de emenda modificativa, para a adequação do projeto à técnica legislativa exigida pela Lei Complementar 95/98. Portanto, faz-se necessária a exclusão da cláusula revogatória, na forma da emenda em anexo.

Desta forma, em sede de parecer, opinamos pela constitucionalidade do projeto de lei analisado.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 687/2005

Fica suprimida a cláusula revogatória contida no artigo 6º do Projeto de Lei nº 687/2005, passando o referido artigo a conter a seguinte redação:

“Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de outubro de 2005.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca e André Vargas.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 687/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná e visa alterar o artigo 2º, II, parágrafo 1º, e o artigo 3º, III, da Lei nº 13.665, de 04 de

julho de 2.002, reajustando a tabela de gratificação de função e os níveis de vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela, não encontra nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Convém salientar que o impacto financeiro causado com a presente proposta está dentro dos limites possíveis de disponibilidade financeira, e ainda, encontra-se em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, (101/2002).

Diante do exposto, nosso parecer é favorável ao encaminhamento ao Plenário para a decisão finalística da presente proposta contida no Projeto de Lei nº 687/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 699/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 057/2005, alterando os valores do vencimento base a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 96, de 12 de setembro de 2002, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado por unanimidade. (Publ. no DA nº 124, 125, 126 de 09/11/2005, em Mensagens, pág. 41).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 699/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Chefe do Poder Executivo, visa alterar os valores do vencimento base a que se refere o artigo 1º das Lei Complementar nº 96, de 12 de setembro de 2002, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Fundamentação

A Carta Republicana indica o artigo 61, parágrafo 1º:

São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I -

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

De outro lado, o projeto de lei se enquadra nos dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000 e da Lei Complementar nº 95/98.

Conclusão

Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça opina pela aprovação do Projeto de Lei nº 699/2005, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 699/2005

P A R E C E R :

Relatório

O presente plano de lei é de lavra do Poder Executivo, através da Mensagem nº 057/2005, e que visa alterar os valores do vencimento base a que se refere o artigo 1º da Lei Complementar nº 96, de 12 de setembro de 2002, para as carreiras que especifica, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Fundamentação

Tal matéria já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça que exarou parecer favorável.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, verifica que o projeto em tela, não encontra nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Mesmo porque se trata de medida altamente meritória, e ainda, uma antiga e justa reivindicação dessa classe policial.

De igual modo, deve-se salientar que a medida proposta encontra-se amparada e atende aos limites e demais disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, tendo seus efeitos financeiros suportados pelas dotações orçamentárias do Poder Executivo.

Sendo assim nosso parecer é favorável ao encaminhamento ao Plenário para a decisão finalística da presente proposta contida no Projeto de Lei nº 699/2005.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.11.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

O item 10, 11 e 12 são de nossa autoria, ficando só de fora o item 13, do Deputado Bradock.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Requerimento nº 3806 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 10, 11 e 12. **Aprovado.**

A SRA ELZA CORREIA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Vai ser votado em bloco?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Em bloco. Já foi aprovado o requerimento do Deputado Dobrandino. Por sinal, tem dois projetos meus e eu também concordei.

A SRA ELZA CORREIA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Por que o item 11? O veto ao projeto de V. Exa, considero que deveríamos votar em separado. É um projeto que dispõe sobre a questão pertinente à folha de pagamento dos militares, servidores civis e inativos, assim como os pensionistas; não há ônus nenhum para o Governo.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Eu também estranhei o veto, mas concordo com a decisão do Plenário, que aprovou o requerimento do Deputado Dobrandino.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Mas, diante da aprovação do Deputado Dobrandino, não caberia um requerimento de destaque para votação do item 11?

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Na realidade, se o Deputado Dobrandino consentisse...

O SR. RENI PEREIRA (PSB) **(Pela Ordem)**

Gostaria de fazer um encaminhamento à Mesa para que toda vez que tivesse um requerimento de votação em bloco, que se conservasse a natureza de cada um. São naturezas diversas. Um versa sobre saúde, outro sobre salário. Não tem como o Deputado se manifestar no veto em projetos tão distintos.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Na condição de Líder do Governo, não posso agir de outra forma, senão eu tenho que renunciar à Liderança, mas, de qualquer maneira, respeito a opinião dos Srs. Parlamentares. Este veto ao projeto de V. Exa. eu também não teria nenhuma objeção em fazer um destaque em separado.

Não foi feito. Eu fiz minha obrigação. Agora, se alguém cochilou, não tenho culpa. Mas, de qualquer maneira, se quiserem fazer um destaque, pode ser.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Então eu vou receber como requerimento da Deputada Elza, pedido de destaque e preferência de votação neste veto.

Em votação o Requerimento nº 3823, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente, solici-

tando votação em bloco para as proposições nºs 081 e 094/2005, itens 11 e 13 constantes da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

Discussão Única (Proposições)

ITEM 11

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 081/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 161/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, alterando a redação ao *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e de servidores civis, ativos e inativos, assim como pensionistas do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 143/2005

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 193/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 161/2005, por julgá-lo inconstitucional porque, sendo matéria pertinente ao regime jurídico do funcionalismo, cuja proposição não partiu do Poder Executivo, afronta o artigo 66, inciso II da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 161 encontra-se publicado no DA nº 072/2005, de 29/06/2005, em Redação Final, pág. 06)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 081/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 161/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, vetado pelo Governador do Estado, pretende alterar a redação do *caput* do artigo 2º da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares e servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Diante do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 27.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 13

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 094/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 047/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que trata do aproveitamento dos policiais civis e militares aposentados. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 160/2005

Curitiba, 21 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 201/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 047/2005, por julgá-lo inconstitucional porque, sendo matéria pertinente ao regime jurídico do funcionalismo, mais especificamente de provimento de cargos, cuja propositura não partiu do Poder Executivo, afronta o artigo 66, inciso II, da Carta Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 047 encontra-se publicado no DA nº 080/2005, de 10/08/2005, em Redação Final, pág. 02)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 094/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 047/2005, de autoria do Deputado Delegado Bradock, vetado pelo Governador do Estado, trata do aproveitamento dos policiais militares aposentados.

Ao analisar o veto, verificamos que o mesmo foi apostado dentro do prazo determinado pelas Constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, opinamos pelo encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário, para que seja submetida à deliberação da Assembléia.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Votaremos inicialmente o veto, o item 11, que altera a redação do *caput* do artigo 2º, da Lei nº 13.740, de 24 de julho de 2002, que dispõe sobre normas pertinentes a consignações em folhas de pagamento de militares, servidores civis, ativos e inativos, assim como de pensionistas do Estado do Paraná.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, só para agradecer ao Deputado Dobrandino pela sua acolhida, em aceitar o destaque na votação deste veto, porque na verdade, como disse a Deputada Elza Correia, ele não traz ônus em absoluto para o Governo do Estado, apenas pede para que uma classe do Governo do Estado que estão inativos, não os pensionistas, mas os que estão inativos, que não têm representação nenhuma.

A informação que recebemos e V. Exa. quando apresentou o projeto, foi em uma feliz iniciativa. Acho que não há nada de mais, como disse o Líder do Governo, Deputado Dobrandino, que esse veto seja derrubado, e aí encaminha aos demais para manutenção.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Eu solicito ao Deputado Carlos Simões a chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Carlos Simões)**

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, antes de iniciar a chamada, parece que está havendo um entendimento para fazer as duas votações juntas.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

Não, vai ser separada a votação, nós não temos duas urnas.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, acho que tanto esse veto como o veto número 13, do Deputado Bradock, entendo que igualmente nós devemos votar pela derrubada do veto; votar não, porque entendo que são de fundamental importância e não onera nada o Governo.

O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

V. Exa. está encaminhando no sentido de que o requerimento da senhora...

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Os dois.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta ao Deputado Dobrandino se concorda?

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Concordamos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulta ao Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, se concorda com a votação em bloco dos dois vetos?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com anuência das Lideranças então está sendo votado o item 11 e o item 13.

Solicitando ao Secretário que continue a chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)

Quarenta Deputados votaram, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito à Deputada Elza Correia, ao Deputado André Vargas e Cida Borghetti para que façam o escrutínio dos votos.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Gostaria de agradecer a presença, em nome da Liderança do PDT, na nossa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no dia de hoje, do ex-Prefeito de Embu das Artes - São Paulo, nosso colega pedetista, membro da executiva nacional do PDT, Nivaldo Orlandi, que está nos visitando na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

As nossas boas-vindas ao ilustre visitante. É uma satisfação recebê-lo nesta Casa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Gostaria também, Sr. Presidente, aproveitando o momento em que estão sendo computados os votos, de deixar aqui registrado que conforme entendimento com V. Exa., estaremos instalando a CPI da Bola como ficou conhecida, em fevereiro do ano que vem, em função da falta de tempo hábil para fazer as investigações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

V. Exa. já havia nos participado da impossibilidade inclusive de fazermos essa CPI este ano, e com certeza o ano que vem V. Exa. presidirá a CPI para que possa dar o devido andamento. E colhermos os resultados que a população do Paraná espera. Que não sejam os mesmo

resultados das CPIs que estão acontecendo ultimamente em Brasília.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) (**Pela Ordem**)

Já que V. Exa. se referiu à questão da CPI, gostaria de comunicar à Casa que o Supremo Tribunal concedeu ao Deputado Zé Dirceu a liminar que ele havia requerido para procrastinar o julgamento e ouvir novamente as testemunhas. E com isso nós vamos continuar tendo lá no Parlamento a pendência de julgamento do mandato do Deputado Zé Dirceu.

Inclusive neste momento queremos falar a quem andou falando das bengaladas que o Deputado levou lá em Brasília, que ele continua sendo cidadão honorário do Paraná por uma proposição aqui da bancada do PT e por uma votação quase unânime desta Casa. Inclusive com o voto do Deputado Rafael Greca de Macedo que protestou aqui, ainda há pouco, por esta situação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Peço ao 1º Secretário, Deputado Ratinho Júnior para anunciar o resultado do escrutínio.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ratinho Júnior**)

Sr. Presidente, quarenta Deputados votaram.

Oito Deputados votaram SIM e 32 Deputados votaram NÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estão derrubados os vetos dos itens 11 e 13 referentes ao veto apostado ao Projeto de Lei nº 161/2005 e ao Projeto de Lei nº 047/2005.

Agora, conforme requerimento aprovado, vamos votar os itens 10 e 12.

ITEM 10

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 055/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 137/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, instituindo o programa de acompanhamento, aconselhamento e assistência integral às pessoas portadoras do traço falciforme e com anemia falciforme no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 083/2005

Curitiba, 21 de junho de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 90/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 137/2004, por julgá-lo inconstitucional, eis que, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere os

artigos 66, inciso IV e 133 e seguintes, da referida Carta Constitucional.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 137/2004 encontra-se publicado no DA nº 033, de 27.04.2004, em Projetos de Lei, pág. 10).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 55/2005

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 137/2004, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, objeto de veto do Governador, que institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento e assistência integral às pessoas portadoras do traço falciforme e com anemia falciforme no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 12

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 088/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 217/2005, de autoria do Deputado Hermas Brandão, instituindo na Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954, Código da Polícia Militar, a Licença Especial Remunerada para fins de transferência para a reserva remunerada ao Policial Militar. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 151/2005

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 185/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 217/2005, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir, no Código da Polícia Militar (Lei nº 1.943, de 23 de junho de 1954), a figura da licença especial remuneratória para fins de transferência para a reserva remunerada.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de sua indiscutível inconstitucionalidade, eis que, versando sobre condições para reforma e transferência de policiais para a reserva, sem que a iniciativa tenha sido do Chefe do Poder Executivo, de quem é privativa, afronta o preceito contido no artigos 66, inciso II, da Carta Constitucional do Estado, segundo o qual:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais para a reserva.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 217/2005 encontra-se publicado no DA nº 032/2005, de 26.04.2004, em Projetos de Lei, pág. 10).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 88/2005

P A R E C E R :

Do Veto ao Projeto de Lei nº 217/2005

De autoria do Deputado Hermas Brandão o Projeto de Lei nº 217/2005 visa instituir na Lei nº 1.943/54 - Código da Polícia Militar - a licença especial remunerada para fins de transferência para a reserva remunerada.

O Chefe do Poder Executivo com amparo no artigo 71, parágrafo 1º e 87, VII da Constituição Estadual decidiu vetar o Projeto de Lei nº 217/2005 por julgá-lo inconstitucional por ofensa ao preceito contido no artigo 66, III da Constituição do Estado do Paraná.

O controle legislativo efetuado se encontra entre as atribuições do Chefe do Poder Executivo e *in casu* em seu aspecto subjetivo e formal, isto é, a atribuição é exclusiva do Executivo nos termos constitucionais referenciados.

Do Parecer ao Veto

Das atribuições desta Comissão observa-se o cumprimento do disposto no parágrafo 1º do artigo 71 da Constituição Estadual: "...dentro de quinze dias úteis..." para decidir sobre o veto. Assim, somos de parecer favorável à sua tramitação legislativa.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT) (Para Encaminhar)

Quero pedir aos nobres amigos, no que diz respeito ao item nº 10 que é o meu Projeto de nº 055/2005, veto

aposto ao Projeto de Lei 137/2004, que votem pela derrubada do veto, porque este nosso projeto estaria contemplando a todos, mulheres e homens, portadores da deficiência anemia falciforme, mas sobretudo as mulheres. Já falei com a Deputada Elza, com a Deputada Cida, com a Deputada Luciana. O índice que atinge as mulheres brancas em geral é de 2%, para as mulheres negras é 12%, conforme justificativa do nosso projeto.

O nosso país é composto por mais de setenta milhões de descendentes negros. Temos para com eles uma dívida enorme de mais de quinhentos anos. Seria mais uma dívida que teríamos para com as mulheres negras, sofridas por serem mulheres, sofridas por serem pobres em sua grande maioria, sofridas por serem negras, ao manter este veto. Peço aos colegas que votem NÃO.

Obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Conversei com a Casa Civil sobre os quatro vetos. É claro que esses dois vetos que derrubamos - conversamos -, esses dois agora são contrários e quero pedir à Bancada da Base de Apoio do Governo, para votar com a expressão SIM, para manter o veto do Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito ao Deputado Ratinho Júnior, para que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares, para votarmos os itens 10 e 12.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Ratinho Júnior)

(Procede à chamada nominal)

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Passa de mão em mão aqui nesta Casa, Sr. Presidente, um texto atribuído a um Promotor de Justiça que esteve aqui e que eu gostaria que o Parlamentar que está com o texto em mãos pudesse ler, porque na minha opinião é uma forma ofensiva que se trata esta Casa.

Então, queria que V. Exa. tivesse acesso a esse documento e lesse e a Mesa tomasse providências em relação às declarações, verificando inclusive a eventual veracidade ou não desse documento. Mas, compete à Casa, porque senão daqui a pouco está em notas políticas, agredindo um conjunto de deputados desta Casa. Não é possível que os deputados não tomem providências!

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Pela Ordem)

Quero encaminhar contrariamente a essa proposição, dizendo que realmente a Mesa Executiva tem que verificar primeiro a autenticidade do documento e a origem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Mesa fará a verificação para que possa ser analisado o conteúdo.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) (Pela Ordem)

Quem pode verificar se é veraz ou não esse documento senão a Mesa?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Será encaminhado à Mesa e a Mesa fará a verificação.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Amanhã estará nas notas políticas e não quero que conste que ninguém reagiu, porque eu reagi e um conjunto de deputados deve reagir também.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Trinta e oito Srs. Deputados votaram.

Pela Ordem, com a palavra o Deputado Scarpellini.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Requeiro segredo parlamentar sobre esse assunto que aí está, porque se formos divulgar isso, vai cair na mão da imprensa e vai ficar pior a emenda que o soneto.

Então, quero requerer que se abafe essa situação para que ninguém tome conhecimento disso que está circulando de mão em mão, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Scarpellini, não cabe Pela Ordem.

Solicito aos Deputados Scarpellini, Artagão, Barbosa, e Ademir Bier, para que procedam à escrutinação dos votos. Vinte e um NÃO; dezesseis SIM; Um em branco. **Estão mantidos os vetos.**

Discussão Única (Indicações)

ITEM 14

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 068/2005, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, sugerindo ao Sr. Governador do Estado do Paraná a criação de cláusulas de barreira para proibir a entrada de produtos agrícolas de outros países enquanto houver estoque dos produtos paranaenses. **Aprovada. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22.11.2005, em Indicações).**

ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 069/2005, de autoria do Deputado Barbosa Neto, sugerindo a construção da capela mortuária no Jardim Ana Rosa em Cambé. **Aprovada. (Publ. no DA nº 129/2005, de 22.11.2005, em Indicações).**

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 3791, de autoria do Sr. Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 3792, de autoria do Sr. Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3793 a 3797, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3818, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Retirado pela Autora.**

Requerimentos nºs 3800, 3801, 3812, 3813 e 3814, de autoria do Sr. Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3804, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3805, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3807, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3809, de autoria da Sra. Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3810, de autoria do Sr. Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3811, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3815, de autoria do Sr. Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3816 e 3817, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3819, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti e dos Srs. Deputados Duílio Genari, José Domingos Scarpellini e Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3820, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, com apoio da Sra. Deputada Luciana Rafagnin e dos Deputados Plauto Miró Guimarães, Pedro Ivo Ilkiv e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3822, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3824 a 3834, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3837, de autoria do Sr. Deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3799, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, inscrito.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, dado o seu pedido eu só quero usar um minuto que me foi negado pelo Deputado Pedro Ivo. Eu tinha dado aos outros e ele não me deu. Então, quero só usar este minuto para registrar o meu desagravo que eu queria para concluir o meu pronunciamento.

Como agora não tenho o que concluir e tudo que eu iniciar dentro de um minuto não vai dar para concluir, quero agradecer e registrar o meu protesto em relação a isso.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após ao término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 398 e 648/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 653, 654, 658, 682, 700, 701, 719, 725, 730 e 736/2005.

Levanta-se a Sessão.

